

Cadernos do Observatório. v.1.



**Projeto de Extensão
Observatório do Mundo Contemporâneo
Laboratório de Ensino de História
UNIOESTE**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR, Brasil)

Cadernos do Observatório / UNIOESTE. Universidade do Oeste do Paraná.
Campus de Marechal Cândido Rondon. Laboratório de Ensino de História. n.1,
(2008). Marechal Cândido Rondon: 2008 – v.

Anual

ISSN

1. História Imediata – Textos Didáticos. 2. Mídia – Textos Didáticos. 3. Educação –
Textos Didáticos. I. UNIOESTE. Campus de Marechal Cândido Rondon.
Laboratório de Ensino de História.

CDD 21. ed

905

CIP-NBR 12899

Ficha Catalográfica elaborada por Helena Soterio Bejio CRB-9/965

Organização

Equipe do Observatório

Estagiários

Mauro C. Vaz de Camargo Jr.

Karen R. Capelesso

Coordenação

Aparecida Darc de Souza

Carla Luciana Silva

Sumário

SOBRE O PROJETO.....	4
BIG BROTHER BRASIL.....	6
HAITI E A OCUPAÇÃO IMPERIALISTA.....	16
MOBILIZAÇÕES SOCIAIS NA FRANÇA.....	27
LÍBANO E A GUERRA DE ISRAEL.....	40
TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE.....	49
QUANDO DISCUTIR MAIORIDADE PENAL.....	60
PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO.....	65
O CASO RCTV: A CONCESSÃO DO PÚBLICO.....	72
VIOLÊNCIA.....	79
40 ANOS DA MORTE DE CHE GUEVARA.....	93
BIBLIOGRAFIA.....	106

SOBRE O PROJETO

Observatório do Mundo Contemporâneo: produzindo pensamento crítico

Carla Luciana Silva

O projeto de Extensão Observatório do Mundo Contemporâneo vem sendo realizado desde o ano de 2001. O projeto objetiva promover a leitura crítica da realidade contemporânea mundial. Para tanto, são produzidos murais e textos de reflexão, em linguagem acessível a qualquer interessado.

Os textos produzidos pela equipe estão sendo disponibilizados na Internet, na página da Unioeste (www.unioeste.br/projetos/observatorio). Os murais são colocados no Campus de Marechal Rondon em local de amplo acesso à comunidade que frequenta o Campus diariamente. Oficinas são oferecidas em eventos onde é apresentado o projeto, permitindo uma reflexão mais aprofundada sobre os referenciais teóricos que são utilizados.

Além disso, a divulgação do projeto nas escolas tem tido amplo apoio, com a participação efetiva dos alunos do ensino médio das escolas da região nas atividades desenvolvidas. Mas nosso objetivo vai além, e é por isso que os murais foram transformados em slides que podem ser utilizados com data show para fazer oficinas em qualquer lugar que disponha de um computador. Queremos com esse material de apoio, esse caderno de textos, promover subsídios para que professores da rede pública, e demais educadores populares possam fazer eles também essas discussões e trabalhar com esse material.

Nosso maior interesse é incitar o debate sobre os temas contemporâneos. O princípio que nos norteia é que faltam materiais críticos para analisar a história recente. E que essa história faz parte de nossas vidas de forma inexorável: nós somos os sujeitos da história. E para transformá-la temos que ter recursos para conhecê-la. A mídia ocupa esse espaço de maneira privilegiada, trazendo um projeto hegemônico que busca nos convencer de que o que ela propõe é expressão pura da verdade absoluta. Por isso focamos sobretudo na mídia, em matérias jornalísticas, porque são elas que produzem uma compreensão da história recente, forjando visões de mundo sobre o tempo atual.

Não podemos enquanto historiadores pensar que só deveremos pensar sobre a história depois que ela “tiver passado”, sob pena de termos perdido recursos básicos pra sua compreensão. Mesmo que nossas análises sejam inconclusas, é necessário que nos acerquemos dos recursos possíveis para compreendê-la. O aspecto midiático da questão nos

faz também pensar sobre a necessidade de produzir materiais que sejam atraentes, que prendam atenção. E por isso temos investido nos murais em forma de slides que permitem visualizar essas discussões de forma que sejam compreensíveis ao maior número de pessoas possível.

Os materiais podem ser utilizados por qualquer interessado. No entanto, eles não são auto-explicativos. Para trabalhar com essas temáticas é necessário preparação, estudo, e questionamento. Nossa história não pode ser portadora da verdade absoluta como é a que a mídia faz. Ela tem que ser indagadora, analítica, demonstrativa e também interpretativa. Alguns elementos distinguem nosso texto do que é produzido pelo jornalismo: o respeito às fontes e sua citação fidedigna; a elaboração de questões problematizadas; a utilização de hipóteses colocadas como respostas provisórias e não como verdade absoluta; a definição clara do lugar a partir do qual falamos.

O grande problema dos meios de comunicação não é quando eles mostram que tem um lado, mas quando eles assumem posição sem deixar isso claro, porque isso confunde o leitor / espectador, que passa a receber isso como sendo “notícia: verdade”. Nosso trabalho não pode ter esse mesmo sentido. O princípio da utilização de fontes históricas nos obriga a buscar outros recursos para compreensão do real: dados estatísticos, estudos comparados, fotografias, depoimentos, mapas, e muitos outros materiais são utilizados além dos recursos disponíveis na internet. Isso é fundamental para construir textos analíticos e críticos.

Utilizamos para construir esse material de várias fontes de imprensa contra-hegemônica. É importante ressaltar que a mesma crítica que fazemos aos grandes meios de comunicação, temos que fazer aos pequenos: quem fala? Para quem fala? Por que fala? Isso nos permite perceber que nunca esses meios são neutros, eles têm uma organicidade, tomam partido o tempo todo. E isso precisa ser dito, não ocultado. É isso que nos permite não cair na ilusão da neutralidade. Nós temos posição, mas não podemos ocultar isso.

Desejamos a todos um bom trabalho. A forma com que cada um vai utilizar o material é livre. Propomos a utilização paralela do caderno de textos e dos slides. Sempre que possível, é possível promover a consulta a jornais, revistas, internet, como forma de incitar também a pesquisa por parte dos participantes. Mas para isso seria necessário um tempo mais extenso, e vai depender da disponibilidade de cada escola. Pedimos apenas que, na medida do possível, nos informem sobre a utilização do material, apontando críticas e sugestões para que possamos melhorá-lo, pois o projeto segue sendo realizado. Esperamos para breve lançar a segunda série de produção do OMC.

BIG BROTHER BRASIL

Mural Produzido em:
04/2006

Coordenação:
Carla Luciana Silva

Acadêmicos:
Priscila Marchini Marins
Rita de Cássia S. Kneib
Gervasio Cezar Junior
Gabriel Paiva

O “Grande irmão”: o totalitarismo da “liberdade” capitalista

Carla Luciana Silva

“Grande irmão” é a expressão usada por George Orwell para definir o controle exercido pelo regime totalitário em seu romance 1984 (escrito em 1948). Naquela história, os trabalhadores são manipulados a tal ponto que existe uma complexa “polícia do pensamento” que a todos vigia por meio de câmaras filmadoras. Pensar “errado” é um crime passível das mais violentas torturas. O correto, naquele romance, é “não pensar”. Não por acaso, o personagem principal do livro tem como função em seu trabalho reescrever a história, apagar vestígios, mudar a escrita sobre o passado. A história deixa de ser um processo que faça sentido para seus sujeitos. É apenas um amontoado de fatos facilmente alteráveis retirando pessoas de fotografias, recortando fora acontecimentos que pouco tempo depois poderão voltar a fazer sentido para a história oficial, ou não, pouco importa.

Orwell, em que pese seu comprometimento com o sistema capitalista, foi um ferrenho crítico desse tipo de totalitarismo e nos deu subsídios para entendê-lo. A ironia, porém, é que o mundo supostamente “da liberdade” (o capitalismo) é aquele que tem sistematicamente aplicado idênticas práticas totalitárias. A mesma expressão “Big Brother” (grande irmão) é usada para um programa televisivo que aparentemente tem a inocente função de nos entreter. Pessoas voluntariamente presas em uma casa onde são observadas 24 horas por dia por câmaras filmadoras. Tudo isso é feito objetivando um prêmio, uma quantia irrisória de dinheiro comparado aos lucros que a empresa que produz o programa obtém com ele. Diríamos ainda que não é só isso, trata-se da fama, das possibilidades de “trabalhos” como posar nus em revistas. A própria intimidade do corpo é outro bom campo a ser “espiado”. Aqueles confinados ficam felizes em transformar meteoricamente seus corpos em mercadorias na banca de revistas.

Lá onde estão confinados existe um mundo de faz de conta: não falta nada, há constantes recompensas por “bom comportamento”, os “errados” são punidos com pequenas prendas, há constantes festas de “fantasia” que tornam ainda mais curioso esse mundo “real”. Uma das punições é o trabalho: ter que cozinhar, ter que limpar o banheiro, lavar o chão. É intrigante que com tão pouco trabalho aquele ambiente seja sempre tão limpo, tão passível de aprovação pelo “padrão de qualidade global”. Isso é mais um indício

de que há uma produção do programa que não aparece e que mantém aquela aparência de vigia 24 horas. Ora, seria impossível tantas câmaras serem mostradas ao mesmo tempo, portanto a edição é uma exigência lógica do programa. Mas mesmo assim, ele é vendido por permitir “ver tudo”.

O Big Brother Brasil não é original. É uma cópia e se parece muito com muitos outros programas que têm sido divulgados nos últimos anos, seja pela televisão, seja pela Internet. Fundamentalmente temos um grupo aprisionado sendo vigiado. Mas: o que faz com que as pessoas parem para ver o que está “acontecendo” lá dentro? O sonho de poder estar no mesmo lugar? A falta de interesse pela “vida real” tão cheia de problemas que desaparecem como num passe de mágica no programa que diz ser “vida real”?

Uma pista para isso está na necessidade do programa tirar completamente qualquer realidade histórica do alcance de quem participa. Não há tempo, não há espaço. Aqueles fatos poderiam ocorrer em qualquer tempo, em qualquer lugar, sem qualquer mudança. O mundo poderia estar caindo à volta daquela casa e nada os abalaria. É o sonho da existência de um lugar em que não é necessário trabalhar, come-se bem, se tiver sorte pode namorar alguém, e ainda viver muitas fantasias...

A beleza não precisa nem ser comentada: ela está ali. Todos são belos, perfeitos modelos e sobretudo: magros. Exceção, apenas aos escolhidos por sorteio. A beleza é um fim em si, algo que chega a desfigurar as pessoas. Os corpos são erotizados o tempo todo e de tão expostos parecem parte da decoração.

A própria definição do programa diz muito: trata-se de um jogo, portanto, sorte e azar são os únicos determinantes. Passar os outros pra trás, enganar, fingir para se dar bem, tudo isso é esperado dos participantes. E a quem assiste sobra ainda poder sentir-se participante, escolhendo quem está jogando melhor o “jogo da vida real”.

Enquanto isso, de quanta dura e triste realidade nos esquecemos. Mas de tanta profusão de imagens montadas já não se sabe ao certo se aquelas pessoas sangrando das ruas de Bagdá ou de favelas do Rio de Janeiro invadidas pelo exército são reais ou apenas personagens de ficção bem projetados por um diretor e figurinista espertos.

Compreender e romper com o totalitarismo desse sistema fica como desafio ao pensamento crítico. De nossa “liberdade” escolhemos nos entreter com pessoas “presas”. Assim, perdemos o limite do espaço, e parece mesmo que fazemos parte desse grande sistema de vigia, que leva a nada, nos deixa apassivados admirando esse mundo em que não se sabe ao certo o que é real e o que é fantasia.

Criação do Big Brother é caminho para a Sociedade de Controle

Priscila Marchini Marins

O reality shows Big Brother foi criado pela empresa holandesa Endemol. Sua primeira série foi no dia 16 de setembro de 1999, pelo canal holandês Verônica, na qual pessoas comuns eram vigiadas por câmeras 24 horas por dia. No ano seguinte, os realities shows se espalharam em vários países como: Portugal, Suíça, Alemanha, Suécia, Espanha, Bélgica, Estados Unidos e Inglaterra. Foi exibido pela primeira vez no Brasil, em 2002, pela Rede Globo, fazendo com que milhões de brasileiros acompanhassem diariamente o “enjaulado” dos primeiros participantes.

Sua origem não se concentra em um determinado país, mas em uma corporação transnacional. O Big Brother reproduz uma relação de dominação na própria lógica de funcionamento do programa, baseada na ideologia empresarial.

Em virtude disso, o Big Brother naturaliza e tende a defender uma lógica própria das “leis de mercado”, estimulando novas formas pessoais e reforçando novos sistemas de dominação.

Como Sociedades de Controle, reality shows como Big Brother, possuem regras de jogos na televisão que exprimem a situação da empresa que o veicula. Como empresa, os realities estão sempre submissos e se adaptando às demandas de mercado, do público e dos próprios concorrentes. Além disso, aproveita-ou usa-o espaço para divulgar empreendimentos de organizações não-governamentais, incentivando a “responsabilidade social”.

Pode-se perceber que os integrantes do Big Brother defendem as decisões corporativas, já que se baseiam “no jogo de que tudo vale” e que é necessário agir como jogadores profissionais. Em qualquer realities shows, o jogo da regra é a mesma, como por exemplo, o reality show como “O Aprendiz”, reprodução brasileira de “The Apprentice”, criado pelo multimilionário americano Donald Trump, de quem se costuma ouvir a frase: “You are fired!” (“Você está despedido!”).

A contradição que se coloca é que no “Big Brother Brasil” os vencedores são simples e humildes. Big Brother não é um programa de entretenimento, mas faz parte de uma corporação, cujo interesse maior está na sociedade de controle.

Perfil dos participantes

Rita de Cássia S. Kneib

Os participantes de *reality shows*, em especial do *BBB*, podem ser considerados personagens por participarem de uma trama em que é ultrapassado o limite realidade/ficção e por se enquadrarem nela como tipos, ou mais especificamente como mercadorias. Como objetos, os integrantes do programa têm suas imagens vendidas como os patrocinadores vendem seus produtos.

Para que esta venda seja lucrativa não é qualquer tipo de pessoa que vai servir como mostruário, fato que comprova a existência de esteriótipos que se repetem a cada edição.

Os exemplos mais claros são os das loiras exuberantes, siliconadas, exibindo belos corpos, vestidas em roupas vulgares, ou na maior parte do tempo apenas em trajes de banho, quase sempre em conflito com outro participante. Ou o homem sensível, de porte físico diferenciado dos demais, ou seja, corpo comum, sem a definição dos músculos, que geralmente é homossexual ou tem dúvidas quanto a sua sexualidade. Há também a presença dos negros, geralmente um representante de cada gênero, numa falsa idéia de inclusão racial, visto que não é um negro qualquer, mas um belo, forte, de cabelo raspado, quando homem, ou de cabelo alisado quando mulher, descaracterizando a raça. Além de a grande maioria ser pessoas bonitas, mas de pouca cultura, principalmente no que diz respeito às mulheres.

Assim, há uma exaltação dos que eles chamam de intelectuais, que estão sempre ensinando os demais, seja na maneira de falar até no modo de se comportar à mesa, ensinando outras línguas ou dividindo experiências. E dentro deste contexto cria-se o sentimento de compaixão com o pobre, com o ignorante, que são tratados como humildes, e são estes os que mais comovem as massas, e assim ficam entre os finalistas.

Contudo, o mais relevante é como esses tipos estão presentes em todas as edições, como se fossem os mesmos personagens de um mesmo enredo cujo final já é previsto. Os vencedores das cinco edições, por mais que pareçam diferentes aos olhares menos críticos, têm traços em comum. Todos vindos de origem pobre, que de uma maneira ou outra contam uma história de vida comovente. Kleber Bambam, com sua ignorância e sua dependência afetiva de uma boneca que ele construiu na casa, foi resistindo às eliminatórias até ser o primeiro vencedor da edição brasileira. O segundo, o caubói Rodrigo, conquistou o público com seu jeito simples e seu sonho de ter uma fazenda onde pudesse criar bois.

Já o terceiro, Dhomini, criou conflitos com os participantes se autodenominando perseguido pelos colegas por ser supostamente, segundo ele, protegido da direção do programa, elaborando todo um clima de complô contra ele, e assim comovendo a audiência votante. Enquanto a quarta vencedora, e a mais óbvia de todos, pois além de ser uma mulher, o público feminino precisava ter uma vencedora, alguém para considerar como heroína, foi também sorteada para entrar na casa pela revistinha vendida nas bancas, pela primeira vez na edição brasileira, que possibilitaria a entrada de mais dois participantes. Com todos esses pontos ao seu favor Cida ainda era pobre e semi-analfabeta, nada mais comovente para as milhões de pessoas que votaram pela sua vitória. Por último, Jean, intelectual da quinta edição, que vindo da favela conseguiu subir ao cargo de professor universitário, ainda, e mais importante, se sentiu vítima de preconceito e se declarou homossexual ao vivo, logo após ter sido colocado na primeira eliminatória.

Após terem ganhado uma bolada de dinheiro cada um, não é difícil vê-los em revistas de fofocas e outros materiais do gênero. Alguns exemplos são fáceis de demonstrar, como o Jean que agora trabalha no programa, também da Globo, Mais Você; a Tati Pink que participou da mesma edição dele também continuou na emissora quando ganhou um quadro no programa Zorra Total; assim como no mesmo, a maioria dos *ex-bbb's* fez uma participação especial. Bambam após trabalhar um tempo no Programa do Didi, decidiu montar uma banda intitulada Bambam e as Pedritas. Vanessa, da primeira edição, trabalhou em uma novela também da Globo. Sem contar nas inúmeras mulheres que saíram em revistas masculinas, nos muitos eventos cuja simples presença de ex-integrantes da “novela da vida real” custa alguns mil reais, entre outras pequenas atividades que vão sendo esquecidas com o tempo e, principalmente com uma nova edição. O que não causa estranhamento no fato dessas pessoas serem esquecidas é o fato de que em cada nova edição surgem novos protagonistas semelhantes ao que já passaram pela casa, ou seja, padronizam gente.

Por isso tudo, é fácil perceber o motivo de na sexta edição estar entre os finalistas uma bela pescadora que também é modelo, os dois participantes que entraram por sorteio e destoam dos demais por parecerem mais reais, e um estrategista sentimental que iniciou um romance com a pescadora, que é a querida da casa e até agora foi pouco votada para sair. Dessa maneira, qualquer um se encaixa no papel de “coitadinhos” e de merecedores do prêmio.

E você, depois dessa geral “espiadinha”, arrisca um palpite de como serão os personagens do próximo BBB?

IBOPE, Merchandising e outras práticas do BBB

Gervasio Cezar Junior

Vivemos num mundo em que as pessoas dedicam boa parte de seu tempo livre em frente ao aparelho de televisão, e quase nada, em muitos casos nada, à leitura de um bom livro ou mesmo uma história em quadrinhos qualquer. A vida se tornou uma “correria”. Nesse contexto de falta de tempo, que as pessoas em geral dizem viver, se torna mais rápido e prático assistir a um telejornal e assimilar tudo o que um tal de Bonner ou uma tal de Fátima não sei das quantas relata como verdade do que se dedicar algum tempo lendo e refletindo um jornal sobre se aquilo que é posto como manchete realmente aconteceu. Não que o jornal também não tente “mascarar” a notícia, mas pelo menos você poderia ter uma outra visão daquela que o jornal está se referindo, ao contrário de quando a assistimos.

Pois bem, a mídia sabe dessa “falta de tempo” e dos interesses da população e tenta utilizar todas as suas artimanhas para prender ainda mais desde as crianças até os adultos à frente de sua programação.

Uma dessas artimanhas foi criada pela empresa holandesa Emdemol e implantada no Brasil pela Rede Globo (comprou os direitos autorais para exibir a versão) que se tornou um dos mais famosos reality shows do mundo, o Big Brother.

O Big Brother com seu caráter de vigilância mostra as mais variadas “fofocas” do programa, e aquilo que o programa acha que não cabe ser mostrado é cortado pela edição. O Big Brother Brasil ao invés de aderir à sigla BBB, poderia muito bem utilizar uma sigla do período ditatorial, o DOPS (Departamento de Ordem Pública Social da ditadura), já que o programa vigia seus participantes 24 horas e vai ao ar o que bem lhes convém, isso não traria contradição alguma.

O Big Brother tem praticamente tudo o que as pessoas querem ver, por isso seus picos de audiência são assustadores, você telespectador pode encontrar cenas de erotismo, brigas, armações, e entre outros assuntos muita festa, bebedeira e fazer nada o dia todo. Será que a partir desse contexto pode ser o seu slogan (a novela da vida real) levado à risca? Seu IBOPE só é garantido devido a esse cenário de intrigas montado pela produção do programa, ou você acha que aqueles corpos esculturais e aquelas fortes personalidades são escolhidos de olhos fechados, os perfis de cada pessoa para a casa e a trama são montados pela edição do programa bem antes dos personagens serem escolhidos.

O fato é que na Inglaterra tentou-se fazer um reality show só com intelectuais, o que

acabou por água a baixo, o programa fracassou no período de testes de audiência pois o conteúdo das conversas não interessaria ao público que o Big Brother tentava atingir, ou seja, o povão.

Um aspecto importante dessa versão no Brasil é o numero de propagandas que fazem parte do espetáculo, propagandas como: Assolan, Azaléia, Minuano, Fiat, Niely Gold, HSBC, estão presentes constantemente na casa, essas marcas são expostas como sendo personagens do Big Brother. Aliás, além do merchandising colocado na casa, existem ainda aqueles cuja procedência é externa, como os acordos firmados com as operadoras telefônicas, um exemplo bem claro disso é na eliminação de um participante, as pessoas podem votar pelo telefone fixo ou celular, mandar mensagem de texto ou votar pela internet. Imaginem o quanto a Rede Globo embolsa nesses “paredões”? O quanto os brasileiros já desembolsaram?

No que estamos nos tornando?

Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva

Todo o dia às 7 horas da noite, ao ligarmos o rádio está lá firme e forte a antiga e criticada “Voz do Brasil”. Já diria a Plebe Rude “Todo o dia as 7 eu ligo meu rádio para ouvir hipnotismo nacional, todo o dia as 7 eu ligo meu rádio para ouvir lavagem cerebral”. Este horário célebre do rádio foi sempre criticado pelo seu caráter obrigatório. Há seis anos todas as noites durante o período de janeiro a março, milhões de pessoas ligam suas Tvs obrigatoriamente na Rede Globo. Alguma semelhança? Aparentemente não, mas o caráter obrigatório da “Voz do Brasil” sempre foi criticado pela maioria da população que todos os dias pára suas atividades obrigatoriamente para assistir o Big Brother Brasil. Para escutar a “Voz do Brasil”, muitas críticas ocorriam, por que a este programa adquirido pela Rede Globo não?

Paro, e chego a pensar o que leva milhões de pessoas assistirem um programa onde pessoas desconhecidas, ou não famosas, ou “comuns” convivem umas com as outras. Diariamente não só eu, mas acredito que todos vocês conversam, trabalham, estudam, se divertem e não sozinhos, mas com outras pessoas (incluindo os tímidos), ou seja, convivem com outras pessoas. O programa *Big Brother Brasil* apresenta a mesma coisa, porém não sou eu nem você, e será que poderia ser? Claro são musculosos ao lado de mulheres “belíssimas”, vivendo numa casa luxuosa não precisando trabalhar ou fazer qualquer atividade, exceto as obrigações mínimas como as provas que rendem prêmios de seus patrocinadores e no final poderá render a um dos participantes 1 milhão de reais. Sem contar que por paredão a Rede Globo fatura 8 milhões! Isso mesmo: 8 milhões!

Mas por quê assistir este programa? Mesmo não querendo, este programa te persegue, por exemplo, ao realizar uma pesquisa na internet, ou entrar em alguma página para encontrar o link para abrir seu e-mail, está lá quem está no paredão ou quem foi eliminado. Mas buscando responder à questão, ocorre uma relativa identificação com as pessoas do programa com os telespectadores, muitos destes buscam se espelhar, ou tentar ofuscar a realidade que vivem. No que estamos nos tornando? Ao desligar a televisão o mundo deixa de ser tão fácil, como no programa. Como o caso de professores que passam pelo programa, tem como algum professor ser tão feliz quanto aqueles que participam? Com a precarização destes profissionais, se torna difícil.

Isto tudo se torna um grande problema e de longe um melodrama, não querendo me aproximar dos programas globais, ou que escorre lágrimas pela tela da televisão (Raul Gil é

campeão nesta atividade). E para finalizar deixo outra pergunta: Chorar por um eliminado do programa, ou chorar pelos milhões de mortos com a expansão estadunidense, ou por milhões que morrem de fome, ou pela falta de distribuição de renda, ou pela falta de reforma agrária?

O que a Globo quer afinal com tudo isso?

HAITI E A OCUPAÇÃO IMPERIALISTA

Mural Produzido em:
05/2006

Coordenação:
Gilberto Calil

Acadêmicos:
Priscila Marchini Marins
Rita de Cássia S. Kneib
Gervasio Cezar Junior
Gabriel Paiva
Carlos Mauricio Trindade
Fernando Chlad

Haiti: o Brasil como tropa de ocupação

Gilberto Calil

O Haiti está sob uma ocupação estrangeiras mascarada pelo guarda chuva da ONU, e o Brasil está fazendo o trabalho sujo. Yannick Etienne, sindicalista haitiano.

Desde março de 2004, tropas brasileiras lideram a chamada “Missão de Paz” que ocupa o Haiti, supostamente em nome da “estabilização” e da “pacificação” daquele país. A informação é apresentada pela mídia brasileira, em geral, como um dado positivo, que destacaria a “liderança” brasileira no subcontinente latino-americano e a projeção de sua política externa. No entanto, pouco se sabe sobre o papel que vem sendo desempenhado pelas tropas de ocupação e menos ainda sobre a realidade haitiana e os efeitos da ocupação para a população daquele país.

Em primeiro lugar, é necessário lembrar que em fevereiro de 2004 ocorreu uma invasão militar ilegal e ilegítima, promovida pelos Estados Unidos, que depôs o governo constitucional de Jean Bertrand Aristide (eleito em 2000, com 92% dos votos) e impôs em seu lugar um governo fantoche, integralmente subordinado aos interesses estadunidenses, em completo desrespeito ao princípio da autodeterminação dos povos. É desta ação ilegal que se origina o governo constituído pelo presidente Boniface Alexandre e pelo primeiro ministro Gerard Latortue. Pois foi para promover a “ordem”, controlar os protestos populares antigolpistas e consolidar este governo fantoche que foram enviadas as tropas de “pacificação” lideradas pelo Brasil. “Liderança” viabilizada pela impossibilidade de os Estados Unidos manterem suas tropas no Haiti, já que seu deslocamento era necessário para conter a crescente resistência iraquiana, sendo substituídas por tropas internacionais lideradas pelo Brasil em abril do mesmo ano.

O Haiti tem uma população que se encontra entre as mais miseráveis do mundo, mas ao mesmo tempo é fonte de extraordinários lucros para grandes empresas capitalistas (que se aproveitam exatamente da miséria do povo haitiano). Assim, por exemplo, a Alpha Industries, grande conglomerado têxtil e fornecedora de embalagens a empresas transnacionais como a IBM, a Remington e a Unisys, paga aos trabalhadores haitianos US\$ 0,68 por dia de trabalho. Além da indústria têxtil, capitais estadunidenses e franceses exploram as minas de bauxita e ouro e o setor bancário (cuja fonte de lucro principal é o tráfico de drogas, já que o Haiti integra a rota internacional do tráfico de drogas). Para os Estados Unidos, ainda, a imposição de um governo submisso no Haiti lhe permite o controle da maior reserva de água doce do

Caribe.

A consolidação do golpe militar, sustentada pelas tropas internacionais, deixou caminho livre para a promoção de um verdadeiro massacre das lideranças sindicais e comunitárias anti-estadunidenses e dos integrantes do Lavallas, partido do presidente deposto Aristride. Tais massacres foram promovidos por grupos paramilitares de direita criados nas ditaduras de Papadoc, Babydoc e Raul Cedras, com destaque para o traficante internacional Guy Phillipe, e com o apoio de Andy Apaid, proprietário da Alpha Industries. É revelador o fato de que as tropas brasileiras promoveram amplo desarmamento da população pobre, tornando-a vítima fácil das milícias que permaneceram fortemente armadas. Como denunciou Stan Goff, oficial reformado do governo dos EUA, em outubro de 2005, *“a maior parte do país se encontra abandonada aos paramilitares. Sem que chegue aos televisores do mundo, agora mesmo ocorre uma incrível atrocidade no Haiti. Estão matando pessoas todos os dias e não são poucos os mortos”*. Além disso, a missão internacional já gastou mais de 1 bilhão de dólares, sem qualquer efeito para a melhoria da condição de vida da população miserável. A inconformidade com o vergonhoso papel desempenhado pelas tropas brasileiras levou ao suicídio o comandante geral das tropas internacionais, General Augusto Heleno Ribeiro Pereira. Diversas atrocidades cometidas pelas tropas de ocupação foram denunciadas por organismos internacionais, mas foram muito pouco divulgadas na imprensa brasileira.

A crescente resistência popular obrigou a realização de eleições presidenciais, em fevereiro último, embora sob Estado de Sítio e em condições muito desfavoráveis à prática democrática, como a concentração das seções eleitorais nas regiões ricas, dificultando o acesso da população dos bairros pobres como Cité Soleil e Bel Air. As mobilizações populares impediram ainda a concretização de uma gigantesca fraude e obrigaram ao reconhecimento da vitória arrasadora do candidato do Lavallas, René Prévall. Seu governo, no entanto, segue limitado e tutelado pela manutenção injustificada das tropas de ocupação. Enquanto não houver a retirada completa das tropas invasoras, a soberania haitiana seguirá agredida, seu povo seguirá desrespeitado e seu governo só subsistirá enquanto atender aos interesses do grande capital estadunidense. A retirada completa das tropas não resolverá os problemas haitianos (agravados pela ocupação), mas é a condição primeira para que seu povo possa se expressar livremente e construir soberanamente seus caminhos.

Haiti: Entre a liberdade e a chibata

Carlos Mauricio Trintade

Fernando Chlad

A raiz dos atuais problemas do Haiti pode ser encontrada em seu passado, pagando hoje o preço pela ousadia de ser o primeiro país negro a obter a independência. Após sua independência em 1804 o Haiti tentou por cinquenta anos tomar o controle do lado espanhol da ilha (República Dominicana), mas por outro lado, os dominicanos não aceitaram serem subordinados ao controle de ex-escravos, isto gerou um forte sentimento anti-haitiano por parte dos dominicanos. A maior característica da independência haitiana com revolta antiescravista é que para acabar com a aristocracia rural, os negros rebelados acabaram exterminando os aristocratas rurais.

Os dois pilares da independência haitiana podem ser considerados o Vodou e o Créole, sua religião e seu idioma próprio, uma mistura do francês com as línguas africanas. Esses dois são considerados o marco responsável pela união dos membros de diversas tribos africanas com o ideal de liberdade.

Mesmo assim a grande massa negra ex-escrava e pobre continuou a ser explorada, mas agora não mais pelos colonizadores franceses brancos, mas sim pelos mulatos e negros enriquecidos, que alternavam o poder entre eles.

Com a construção do canal do Panamá em 1904, o imperialismo estadunidense reconhece a importância estratégica do Caribe utilizando-se do plano Monroe, “ocupando” o Haiti de 1915 a 1934 e a República Dominicana de 1916 a 1924, assim assegurando o controle total das linhas marítimas que conduziam para o canal. Após a desocupação, os norte-americanos apoiaram-se em governos ditatoriais submissos para sufocar rebeliões populares.

Para os EUA esta “ocupação” parte de um plano de “democratização do Haiti” e ajudar no “desenvolvimento do país”, sendo as mesmas desculpas usadas para a ocupação dos soldados fantoches da ONU chefiada pelos brasileiros nos dias atuais. Para os haitianos esta “democratização” tem o mesmo preço da invasão de 1915 e dos governos ditatoriais ventríloquos dos norte-americanos: latrocínios, mortes, corrupção, terrorismo por parte dos ditadores, perseguições, miséria, sofrimento, marginalização e a destruição de sua cultura, que resiste há mais de dois séculos, e que é mais uma vez ameaçada por forças externas.

Eleições no Haiti

Gervasio Cezar Junior

Após Jean-Bertrand Aristide ter sofrido um Golpe de Estado em 2004, articulado pelos EUA, o Haiti voltou às urnas para escolher seu novo presidente no dia 07 de fevereiro de 2006. Até ai tudo normal!

O povo haitiano já mostrou várias vezes na história ser um povo guerreiro, apesar de 80% da população viver abaixo do nível da pobreza e do analfabetismo, e nessas eleições eles não se mostraram contrários a sua história, já que o Tio Sam procurou manipular as eleições dessa pequena ilha caribenha durante todo o processo eleitoral. Não é a primeira vez que os EUA intervêm sobre algum país e nesse caso se enquadra também o Haiti.

As eleições haitianas foram consideradas como um grande avanço pela comunidade internacional, tanto para sua economia como principalmente para a paz naquela região. As eleições pareciam desde cedo caminhar para uma vitória do então candidato René Préval.

Uma das primeiras dificuldades das eleições foi imposta pelo Conselho Eleitoral, este se negou a levar urnas eleitorais para os bairros mais pobres do Haiti, alegando falta de segurança, é claro que eles não iriam dizer que nesses bairros estavam a maior parte da população haitiana, e que conseqüentemente votaria em René Préval. Mas a população haitiana descontente com essa atitude não ficou de braços cruzados e foi às ruas em busca dos pontos onde se localizavam as urnas para votarem.

A contagem dos votos foi ainda mais conturbada. Foram sete dias de angústia para o povo haitiano, pois era dada a todo momento como certa a eleição do candidato René Préval, e o Conselho Eleitoral manipulado pelos EUA dava como certo um segundo turno. O certo é que nossos “amigos americanos” não estavam contentes com a vitória do candidato Préval por ele manter constantemente contato com o então presidente deposto justamente por Washington, Jean-Bertrand Aristide, o que não seria nada bom para o imperialismo americano.

Mais uma vez o povo haitiano foi às ruas lutar pelos seus direitos. Os manifestantes acusavam os EUA e o Conselho Eleitoral de manipulação e fraude nas eleições, após vários confrontos tanto com as “forças de paz da ONU” quanto com o próprio exército haitiano, o Conselho Eleitoral e os Estados Unidos da América cederam, dando ao presidente René Préval o título adquirido de Presidente.

Após todo esse contexto armado, vem um tal de José Miguel Insulza Secretário Geral

da Organização dos Estados Americanos (OEA) dizer que está satisfeito e que as eleições atingiram a normalidade. Agora prestemos atenção: será que é normal a fraude e a manipulação de votos? É certo os EUA intervirem na eleição de outro país de maneira imperialista, neoliberal e exploradora?

Por isso, não ao imperialismo norte-americano, não ao neoliberalismo e paz ao povo haitiano!

Tropas de “paz” mandam no Haiti

Rita de Cássia S. Kneib

Após ganhar a conturbada eleição, René Preval começa uma campanha em busca de ajuda para resolver os inúmeros problemas que o Haiti enfrenta. Dificuldades que o país vê crescerem a cada dia, ainda mais depois da ocupação norte-americana, seguida das tropas da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, a MINUSTAH, o que dizem ser uma missão de paz.

O povo haitiano tem os piores índices de desenvolvimento do mundo, a maior taxa de mortalidade de menores de cinco anos da América Latina e Caribe, taxas de vacinação menores que a da África Subsaariana. Além da grande degradação da natureza que acarreta um aumento do número de mortes durante a temporada de furacões, a pobreza com que a população vive faz com que muitas crianças vivam nas ruas e que a violência e os maus tratos sejam freqüentes nessa sociedade. A falta de ensino faz com que todos os problemas fiquem mais afastados da solução, pois, um terço dos jovens haitianos é analfabeto.

Há também um conflito histórico entre emigrantes haitianos e os habitantes dominicanos. Fato que foi motivo da viagem de Preval à República Dominicana para criar soluções e pactos de amizade. Com o mesmo intuito de conseguir aliados, o presidente haitiano foi ao Brasil, Chile, Argentina e Cuba, mesmo o Brasil, o Chile e a Argentina tendo tropas em seu país. Em Havana, afirmou que precisa de integração e não de intervenções imperialistas, referindo-se à missão da ONU que se instalou no Haiti e não tem previsão de sair. Mesmo depois dos grupos armados terem prometido entregar suas armas se Preval fosse eleito, fato que faz com que o pretexto norte-americano da existência de grupos armados e da instabilidade do país não faça mais sentido para ninguém. No entanto, a ONU colocou o país caribenho sob tutela, através de um encontro, às escondidas, entre a MINUSTAH e o primeiro ministro haitiano, decidindo que a Polícia nacional deve obedecer às ordens da Missão. Assim, todas as ações da polícia serão decididas pelos ocupantes do país e, além disso, eles devem ter acesso a qualquer documento, ou seja, a MINUSTAH detém o poder da polícia e de todos os acordos internacionais que Preval tentar fazer.

Dessa maneira, o Haiti enfrenta uma crise e seu presidente, que foi eleito pelo povo na crença de mudar a vida de seus habitantes, encontra-se de mãos atadas e busca apoio das nações vizinhas e amigas. Mesmo que Preval não consiga assinar acordos com países latino-americanos, ele espera contar com a ajuda destes para conseguir alimentar sua população, dar

a ela saúde e educação, e um bom exemplo é a ajuda de Cuba, que dá bolsas para estudantes haitianos irem cursar medicina em seu país. Mas é difícil que um país com tantos problemas consiga se reerguer somente com solidariedade. Enquanto as tropas da MINUSTAH estiverem no país o imperialismo norte-americano vai estar no controle. E sobre tais cuidados, o presidente, mesmo sendo atento aos problemas e buscando soluções, vai encontrar inúmeras dificuldades para desenvolver o país e melhorar as condições de vida do povo, pois se a ocupação visa mão-de-obra barata, basicamente, as tropas de “paz” vão agir energicamente contra o desenvolvimento do país.

Brasil, o cordeirinho dos EUA, em sua intervenção no Haiti

Gabriel Paiva

Atualmente não é difícil perceber as tentativas de acordos do governo brasileiro com o governo estadunidense, principalmente através dos organismos internacionais FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio), Banco Mundial e ONU (Organização das Nações Unidas), acordos que visam à implementação de políticas neoliberais. Também deixou de ser novidade a determinação com que o Brasil realiza as ações ordenadas pelos Estados Unidos. Fato que fica claro com a intervenção brasileira no Haiti.

George Bush, semanas após a intervenção em território haitiano, fez uma solicitação ao governo Lula para que capitaneasse a força internacional de ocupação. Desta forma os Estados Unidos poderiam ocupar seus “soldadinhos de chumbo” em enfrentamentos com a resistência iraquiana. De imediato o Brasil recrutou soldados para a denominada “Missão de Paz”.

O governo estadunidense indicou o Brasil, devido a algumas particularidades. A primeira seria a boa vontade do governo Lula em atender os pedidos de Bush, manifestando desta forma sua subordinação em troca de suposto apoio estadunidense para a indicação do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU. A segunda e mais visível é a simpatia da população haitiana com o futebol brasileiro. E para finalizar a terceira e mais esdrúxula seria a de que a intervenção brasileira levaria à sofrida nação haitiana democracia, ordem e progresso.

A segunda peculiaridade nos faz recorrer à história romana, no período da política de pão e circo. Com o crescimento urbano de Roma apareceram diversos problemas sociais. Fato ocorrido devido a uma grande dimensão de desempregados que migraram para estas cidades em busca de empregos e melhores condições de vida. Receoso de que pudesse acontecer alguma revolta de desempregados, o imperador criou a política do Pão e Circo. Esta política se aproxima do espetáculo “futebol como circo”. O jogo amistoso de 18 de agosto de 2005 entre as seleções nacionais brasileira e haitiana se concretizou como momento de campanha publicitária do governo Lula. Este fato serviria de motivo para recuo das resistências haitianas.

Em outubro de 2005 o exército brasileiro retomou as ações, intervindo com 150 policiais e 200 soldados (sendo maioria brasileiros) no bairro popular de Bel-Air. A justificativa apresentada pelo governo brasileiro foi de que “terroristas” forjavam um ataque ao “palácio presidencial”. Em contrapartida a este e outros fatos realizados pelos “capacetes azuis” (forma de identificação dos soldados desta “missão”) as resistências haitianas

permanecem almejando seu objetivo, ou seja, a expulsão das tropas brasileiras do país.

Esta forte resistência e a alta cobrança do governo estadunidense acarretaram em janeiro de 2006 no suicídio do general Augusto Heleno Ribeiro, comandante das tropas da ONU no Haiti. Fato que o governo brasileiro tentou encobrir de diversas maneiras.

O Brasil e os brasileiros pagam muito por esta subordinação ao governo estadunidense. É de desconhecimento de grande parte da população brasileira que os gastos desta intervenção alcançam a margem de 160 milhões de reais. A retirada das tropas brasileiras do Haiti deve ser concretizada como forma de impedir que as ruas deste humilde país sigam manchadas de sangue brasileiro e haitiano.

Imperialismo estadunidense: a submissão do Haiti ao capital estadunidense. Será mais uma colônia dos Estados Unidos?

Priscila Marchini Marins

Imperialismo não é simplesmente uma *política*, mas sim uma *realidade desordenada* decorrente da própria natureza do desenvolvimento capitalista: o imperialismo capitalista monopolista, dominado por grandes empresas que resultou na concentração e centralização da produção- impulsionado a acumular capital, não aceita obstáculo à sua expansão.

A dominação imperialista se fortalece no plano econômico, político e cultural. A atual intervenção do imperialismo estadunidense no Haiti, não tem nada a ver com preocupações humanitárias, muito menos com a democracia.

O capital financeiro e os meios dirigentes dos Estados Unidos têm necessidade de aumentar o poderio militar, de abrir intermináveis frentes de guerras de conquistas para *saquear* as nações. Dessa forma, o governo do Haiti será totalmente submisso ao imperialismo.

A luta popular que se desenvolve no Haiti mostra mais uma vez que, a América Latina é uma região em plena explosão social onde as massas pobres causam respostas violentas contra a injustiça- diante da super exploração da mão de obra -, a fome e a corrupção. O Haiti é uma repetição de vários acontecimentos –revoluções e revolta- que se desenvolvem na América Latina há pelo menos 100 anos.

No atual período de imperialismo hegemônico global, os Estados Unidos estão investindo na expansão da sua potência imperial e subordinando o resto do mundo capitalista aos seus interesses.

Por acaso os países latino-americanos têm necessidade dele? Estarão ameaçado a unidade dos territórios nacionais apoderando-se das riquezas- e as vidas dos que o habitam?

MOBILIZAÇÕES SOCIAIS NA FRANÇA

Mural Produzido em:

07/2006

Coordenação:

Carla Luciana Silva

Luis Fernando Guimarães Zen

Acadêmicos:

Priscila Marchini Marins

Rita de Cássia S. Kneib

Gervasio Cezar Junior

Gabriel Paiva

Carlos Mauricio Trindade

Fernando Chlad

VITÓRIA DAS RUAS: mobilização popular derruba proposta neoliberal na França

Luis Fernando Guimarães Zen

A França atualmente tem a quinta maior economia mundial e é considerada um dos pilares do capitalismo na Europa. Sua longa trajetória de lutas populares vem desde a sua famosa Revolução de 1789, quando parte da população derrubou a nobreza e o clero do poder e instituiu um governo pautado pelo grande marco ideológico da Revolução, conhecido por seu lema de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade.”

Além da “gloriosa” Revolução, a França passou em diversos momentos de sua História por situações que levaram o povo às ruas, dessa forma, constituíram-se naquele país, diversos movimentos populares que até hoje vão às ruas para protestar e reivindicar seus direitos. Vale lembrar que em 1871, a Comuna de Paris chegou a instituir um governo popular que comandou Paris durante sessenta e dois dias e só foi deposta devido a uma rápida e violenta ação militar do exército francês.

Em maio de 1968 ocorreram várias manifestações em diversos países, tendo como maior expoente dessas manifestações o “Woodstock” nos EUA. Maio de 1968 ficou conhecido por uma série de manifestações populares que protestavam contra o avanço do capitalismo e principalmente pelo fim das guerras, entre elas a do Vietnã. Nessa ocasião a Universidade da Sorbonne em Paris, teve papel importante nas manifestações parisienses quando a Universidade foi ocupada pelos estudantes e posteriormente com o apoio dos trabalhadores protagonizaram as manifestações naquele país. Embora em 1968 a grande maioria dos jovens não tivesse seus objetivos bem definidos, nos acontecimentos de 2005 e 2006, a pauta das discussões tem bandeiras de luta bem concretas que são a redução do desemprego e a retirada do projeto de lei da “Igualdade de Oportunidades”.

Mais recentemente os estudantes franceses derrubaram a contra-reforma universitária em 1986 e rejeitaram o salário mínimo juvenil em 1994. A maioria da população francesa (55%) em maio de 2005 votou contra a Constituição Européia e como não poderia deixar de ser dito, lembramos os episódios do final de 2005 quando milhares de jovens desempregados das periferias das grandes cidades francesas saíram às ruas queimando carros e quebrando vitrines das lojas, após violentos confrontos com a polícia.

Aproveitando-se da situação, o governo francês lançou o projeto do Contrato de Primeiro Emprego (CPE), alegando que essa era uma proposta para resolver o problema da

falta de empregos no país que chega aos 23% em toda a França e à casa dos 40% entre os jovens. Essa “flexibilização” faz parte de um projeto do governo Chirac e do primeiro ministro Dominique Villepin, chamado de “Igualdade de Oportunidades” que previa entre outras coisas, baixar a idade mínima para aprendizes de 16 para 14 anos e liberar o trabalho noturno a partir dos 15 anos de idade.

O projeto ainda vai mais além. A proposta de Chirac-Villepin ataca diretamente a estabilidade de emprego, dessa forma, os empresários poderiam demitir seus empregados (menores de 26 anos) sem justificativa e com aviso prévio de até quinze dias e com custos mínimos. A estabilidade no emprego só seria conquistada após dois anos de trabalho.

Hipocritamente, se anuncia que a nova lei seria para resolver o problema do desemprego e com isso evitar que se repetissem as cenas de novembro de 2005, essa é uma tendência geral do neoliberalismo. Com o fim das regulamentações trabalhistas sob uma bandeira da livre negociação entre patrões e empregados, pretende-se baixar ainda mais os custos de produção através de baixos salários e aumento da exploração dos trabalhadores, com isso poderia aumentar o lucro das empresas.

A política neoliberal pretende basicamente diminuir a presença do Estado, dessa forma, setores como educação, saúde e outros setores básicos da sociedade, passam a ser regidos pela iniciativa privada. Universidades, colégios e hospitais públicos e uma legislação trabalhista, representam para o capitalismo mundial obstáculos que devem ser superados, e para isso não serão medidos esforços. Somente com o fim dos direitos básicos dos trabalhadores e estudantes é que serão criadas as condições ideais para mais uma etapa de avanço do capitalismo.

Políticas neoliberais são adotadas em diversos países diariamente. No Brasil, podemos facilmente citar exemplos de avanços do neoliberalismo, recentemente no governo de Fernando Henrique Cardoso o país passou por uma série de privatizações de empresas estatais que passaram a ser controladas por multinacionais, ou seja, pela iniciativa privada.

Com relação aos trabalhadores e estudantes podemos citar as tentativas de implantação da “flexibilização das leis trabalhistas” proposta por FHC e mais recentemente pelo projeto de Reforma Sindical, Trabalhista e Universitária propostas pelo governo Lula e que só foram parcialmente engavetadas devido aos escândalos do mensalão. Vale lembrar que o atual governo já aprovou a Reforma da Previdência e alguns pontos da Reforma Universitária. Esses pontos são característicos de uma política neoliberal, como é o caso do Brasil que vem seguindo as plataformas de governo impostas pelo FMI e Banco Mundial.

É nesse sentido que episódios como os da França devem ser encarados como vitória

dos movimentos populares contra o avanço do neoliberalismo. A retirada de pauta do Contrato do Primeiro Emprego não representa uma conquista popular e sim uma vitória pela permanência dos direitos dos trabalhadores e uma derrota do capitalismo.

Essa é mais uma prova de que a organização dos trabalhadores e estudantes e das manifestações populares pode dar resultados positivos. Também não precisamos somente nos espelhar no exemplo francês, recentemente tivemos uma experiência aqui mesmo no Paraná que foram as manifestações contra a venda da Copel. O “fora Collor” e os protestos pelo fim da ditadura militar nos deram demonstrações de como as manifestações populares podem nos trazer resultados positivos. O caso francês é uma prova de que nem tudo está perdido e que esse pode ser um exemplo a ser seguido em outras partes do mundo.

Mai de 1968: protesto contra a exploração capitalista

Priscila Marchini Marins

O período marcado pela greve geral iniciada pelo movimento estudantil francês em maio de 1968 mobilizou setores da classe operária, dos sindicatos, dos professores, de diversos profissionais e toda a população francesa num movimento contra o sistema capitalista - e sua lógica própria de expansão – e contra as formas sociais de autoridade estabelecida e fixa. Em 1968, descontentes com a disciplina rígida, os currículos escolares e a estrutura acadêmica conservadora, estudantes de Paris organizam protestos que levam à ocupação da Universidade de Nanterre, de Sorbonne e outras Universidades francesas contra a situação social e política do país.

Havia uma profunda desconfiança em relação ao estabelecimento de qualquer autoridade definida, qualquer que fosse a “imaginação” política em que ela se situasse. Criticava-se não somente o poder estabelecido e dominante, não apenas as relações de exploração, mas toda e qualquer forma de dominação. Criticava-se também, a generalização de redes de poder no interior da vida cotidiana. O conhecimento, as escolas, as organizações políticas, as associações, as instituições, as empresas, a linguagem e a moda, as relações de gênero e a família passavam a ser percebidas como produtoras também de disciplinas, hierarquias, controle e sujeição.

Jovens e trabalhadores protestavam contra a situação do pós-guerra, as guerras e as ocupações imperialistas. Denunciavam a exploração capitalista e todas as modalidades de organização da vida social submersa ao poder, a sujeição, a discriminação e a exclusão. A maioria eram favoráveis de idéias esquerdistas, comunistas ou anarquistas. Muitos viram como uma oportunidade para sacudir os valores da “velha sociedade”, dentre os quais suas idéias sobre educação, sexualidade e prazer. A radicalidade da contestação recusava soluções prontas e acabadas, que destituíssem a participação popular e se erigissem em representantes unitárias e postadas acima dos demais. Recusava também saberes que se considerassem acima da sociedade, explicando-a e formulando alternativas, sem levar em conta a participação direta.

As manifestações podem ser vistas através de slogans criados como: É Proibido Proibir, O Poder Está nas Ruas e A Imaginação no Poder.

Contra hegemonia, movimentos antiglobalização

Carlos Mauricio Trintade

“Somos um exército de sonhadores, é, por isso que somos invencíveis”. Sub-comandante Marcos. EZLN

Hoje o imperialismo estadunidense e suas marionetes neoliberais, sob a máscara do FMI, OMC e G8, fazem promessas hipócritas sobre a diminuição da fome mundial e a renegociação das dívidas dos países subdesenvolvidos, enquanto no “mundo real” pessoas morrem e vendem sua força de trabalho de maneira subumana para sustentar a nova ordem que o capital impõe.

Após a Segunda Guerra Mundial, as massas trabalhadoras através da luta conquistaram, através do “bem-estar social”, direitos trabalhistas, em que o estado aparece como intermédio entre o capital em ascensão e os trabalhadores. Com a estruturação de reformas, o estado tenta demonstrar que não era necessário a tomada de medidas mais radicais pelos trabalhadores. Nos anos 70 o plano socioeconômico do “bem-estar social” demonstra insatisfação por parte do capital, agora não tão promissor com a Segunda Guerra Mundial. Neste contexto é introduzido o plano neoliberal em que o estado muda de papel, com o intuito de retirar todos os direitos trabalhistas adquiridos pela classe trabalhadora.

Nos anos 90 as reformas chegaram a tal ponto que as massas trabalhadoras continuamente saem às ruas para se opor contra este capitalismo selvagem que tenta mercantilizar tudo e todos, demonstrando oposição a suas políticas liberais. O primeiro movimento antiglobalização que organizou resistência ao capitalismo, foi o EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) em Chiapas no México, organizando eventos com o intuito de formar unidade na luta campesina. Esses movimentos denominados antiglobalização, sem partidos políticos, movidos somente pela ideologia, unem-se sob uma só bandeira para contestar esta nova ordem mundial em ascensão imposta pelo capital.

Na virada do século XXI explodem manifestações em oposição a organizações internacionais neoliberais. Em 30 de novembro de 1999, em Seattle unem-se anarquistas, antimilitaristas, marxistas, feministas, ecologistas, ligas camponesa, organizações humanitárias, uniram-se contra a globalização numa reunião da OMC. Nesta ocasião a organização dos manifestantes chegou a tal ponto que, alguns delegados da cúpula não conseguiram chegar à reunião. Esta manifestação tomou proporções gigantescas tomando não somente as ruas de Seattle, mas várias cidades do EUA e do mundo.

Em todo mundo movimentos antiglobalização organizam-se para tomar decisões e opor-se sobre o rumo do neoliberalismo e da globalização, mostrando força em sua oposição. Para a direita a oposição francesa se mostra doentia, quando as ruas são tomadas por estudantes e trabalhadores organizados na luta contra a política neoliberal. Em Seattle desde 1999 a luta contra a globalização ganha dimensões. E nos muros pichados daquela cidade estava escrito: “ ... a luta começou e a primeira batalha já foi vencida...”

A Revolta dos Imigrantes

Fernando Chlad

No dia 27 de outubro de 2006, em Clichy-sus-Bois, na França, teve início a revolta dos imigrantes contra o racismo e o preconceito religioso francês. Os rebelados atearam fogo em carros e apedrejaram prédios e policiais. Após o ocorrido a imprensa não tardou em chamá-los de “baderneiros e incendiários”, mas não se preocupou em mostrar o “porque” do levante. Mas antes de qualquer coisa é necessário falar dos problemas que afligem a população imigrante na França, para que se entenda a razão de toda essa raiva.

Após o término de seu domínio sobre o norte da África, a França deixou para trás nações social e economicamente prejudicadas, incapazes de lidar com a pobreza da população, que se viu atraída pela metrópole, que, na época pós II Guerra, havia perdido boa parte da sua riqueza nacional e passou a acolher os imigrantes, que assumiam os trabalhos pesados tão necessários à recuperação da França. Porém, na década de 70, quando a reconstrução das infra-estruturas já estavam praticamente concluídas e os empregos saturados, os imigrantes deixaram de serem bem-vindos, passando a serem atacados pela população racista e xenófoba.

Atualmente se encontram em situação precária, nas *cites* (conjunto de precários edifícios do Estado, semelhante a Cohab brasileira) o índice de desemprego atinge 21% (o dobro da média nacional francesa), entre as mulheres sobe para 38%, entre os africanos com ensino superior é de 26,5%, e para os franceses de mesma formação apenas 5%. (dados do governo francês) Ter nome ou sobrenome estrangeiro (especialmente africano ou árabe), pele mais escura e residir em alguma *cite* ou ter estudado nas escolas dessas áreas já torna quase impossível conseguir um emprego, restando apenas os trabalhos precários e mal pagos, ou a miséria e a criminalidade.

O início de toda essa revolta se deu quando dois jovens de origem africana morreram carbonizados em um transformador de energia e um ficou gravemente queimado, enquanto tentavam fugir da polícia; a primeira versão oficial era a de que estavam roubando, mas tal versão era falsa, estavam apenas jogando futebol, e correram da polícia por não terem os documentos de imigração. A mentira da polícia provocou a ira da população imigrante e o começo da violência. Apesar das tentativas de algumas organizações (principalmente muçulmanas) em acalmar os jovens, o ministro do Interior Nikolás Sarkozy preferiu incitar mais revolta, enquanto se utilizava da política de “tolerância zero” e batidas policiais contra populares (*raffles*) para se promover, já que pretendia concorrer à presidência nas eleições de

2007.

Com toda a repressão racista, a rebelião acabou por se espalhar, do centro de Paris passou para outras cidades, como Marselha e Lyon, e até para outros países com alto número de imigrantes, como a Alemanha e a Bavária. Como resposta aos molotovs, pedras e carros incendiados, o governo se utiliza da pura repressão, tendo até autorizado o estado de emergência (baseado em uma lei de 1955, criada para impedir a guerra de libertação na Argélia, permite coisas como proibir circulação de pessoas, zonas de segurança, expulsar qualquer um que “atrapalhe” o poder público e controlar a imprensa; nunca foi aplicado na metrópole, nem mesmo em maio de 68), acreditando que a violência irá conter as insurreições dos imigrantes.

Mesmo que a “paz” seja realmente alcançada por meio de tal repressão, será apenas uma solução temporária, pois não resolve de fato os problemas dos imigrantes, apenas reprime a raiva neles contida, que, da próxima vez que se libertar, certamente será muito mais forte e destruidora.

França: juventude e trabalhadores na luta contra o neoliberalismo

Gabriel A.G. Paiva

Gervasio Cezar Junior

A vitória da juventude francesa mostrou que só através da organização da juventude com os trabalhadores poderemos enfrentar a política neoliberal e os centristas burocratas que buscam barrar o movimento de organização das massas. Quando o caso é a França, a população daquele país já nos mostrou historicamente a disposição em lutar, como em maio de 68, até mesmo a Comuna de Paris, primeira experiência moderna de um governo operário popular.

No ano de 2006, quando a juventude e a classe trabalhadora mais uma vez sentiram que estavam prestes a perder direitos alcançados há anos, iniciaram então uma Greve Geral contra os métodos neoliberais que o atual governo buscava implementar. O movimento francês através de suas mobilizações conseguiu derrubar uma série de novas Leis que haviam sido aprovadas pelo Congresso em fevereiro de 2006. Dentre as principais conquistas deste movimento tivemos a derrubada do Contrato de Primeiro Emprego (CPE) de Chirac/Villepin/Sarkozy.

O CPE, em síntese, consistia na possibilidade do patrão em demitir seus empregados de até 26 anos por justa causa, dentro dos primeiros dois anos do contrato. Esta denominada flexibilização do trabalho é a desregulamentação do direito dos trabalhadores, tendo em vista um menor custo de produção em geral, fato que beneficia somente aos patrões. Sua implementação tem como objetivo atender as exigências da pauta neoliberal, e daria aos patrões direitos autoritários e abusivos, como por exemplo, o de demitir o empregado a qualquer instante e sem nenhuma justificativa. É como se o trabalhador fosse um objeto, quando esse deixa de ter sua utilidade é descartado.

A França, como o Brasil, vive diante de uma conjuntura de sucessivos ataques a direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores e pela juventude. Desta forma, percebe-se cada vez mais a necessidade de organização e mobilização da comunidade no sentido de contrapor-se às políticas neoliberais. A juventude francesa percebendo que ali se iniciava uma reformulação do sistema trabalhista, não ficou de braços cruzados e foi às ruas protestando contra essa e outras Leis aprovadas e outras que estavam prontas para serem.

Na França em oposição às entidades como a UNE (União Nacional dos Estudantes) no Brasil e a sindicatos burocratizados, aparece a participação de milhares de estudantes em assembleias universitárias. Estes elegiam delegados para a coordenação nacional, que de

acordo com os estudantes tomavam os rumos do movimento. No Brasil após o governismo da UNE e da CUT, acreditamos que chegou a hora de uma nova política de organização direta entre juventude e trabalhadores. No Brasil a Conlute (Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes) surgiu como forma de reorganizar o movimento estudantil e a Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) para reorganizar a classe trabalhadora e aglutinar todos os movimentos num projeto político que vise derrubar os projetos neoliberais.

Em suma, a juventude francesa como frente do movimento e sua experiência tem que servir de base aos nossos movimentos. Não será fechando nossos olhos para os fatos que derrotaremos as práticas capitalistas, neoliberais e imperialistas, ou mesmo seus tentáculos como a falta de professores ou de recursos para a educação. Temos que nos levantar, como fizeram os franceses, e mostrar resistência contra estas e não deixar que reformas como a Reforma Sindical, Trabalhista e Universitária sejam implementadas. Como disse Marx “*a nossa história, é a história da luta de classes*”. Portanto vamos dar continuidade à luta!

Será que somos bem informados?

Rita de Cássia S. Kneib

Qualquer brasileiro telespectador do Jornal Nacional ou leitor da Folha de São Paulo deve sentir a mesma angústia perante as notícias sobre as manifestações na França. *Por que jovens cheios de saúde e com tanta força para trabalhar se revoltariam contra uma lei trabalhista? Porque teriam medo de serem mandados embora, já que o mercado de trabalho é dos jovens? Reclamam de barriga cheia. Só querem fazer bagunça.* Entre outros, esses pensamentos são comuns aos brasileiros que se sentem informados pela Grande Mídia. E não poderia ser diferente, já que ao falarem das manifestações francesas ela usa adjetivos pejorativos como vândalos, baderneiros, para os jovens manifestantes, e chama de distúrbios as ações deles.

Mas será que nenhum desses brasileiros comuns se pergunta o que é essa tal lei de Contrato do Primeiro Emprego? Provavelmente não. Porque para a mídia neoliberal, o nome da lei já fala por si só, não é necessário contextualizá-la, muito menos explicá-la. Mas para não ser acusadas de negligenciadores, os grandes jornais e revistas brasileiros dizem que os jovens franceses estão revoltados com o fato de a lei não lhes garantir a permanência no emprego, sendo que depois de dois anos eles podem ser mandados embora sem justa causa. Mas, como já é tão comumente embutido na cabeça das pessoas que a garantia do emprego é de responsabilidade própria, elas ficam mais confusas ainda com a revolta na França.

Assim como aconteceu em outubro e novembro de 2005, quando repercutiram no Brasil as manifestações dos imigrantes na França, a Grande Mídia simplificou toda a ação ao velho conceito de que os pobres são marginais. Nada mudou até as manifestações atuais. Enquanto se propaga a idéia de baderna na França, partidos de esquerda no Brasil apóiam as manifestações francesas, assim como sindicatos brasileiros e internacionais. Todos com o intuito de mostrar com maior clareza os acontecimentos, de forma diferente do que aparece na Grande Mídia. Mesmo que o acesso a essas posições seja mais restrito e sem divulgação.

À explicação do Contrato do Primeiro Emprego, como lei que restringe os direitos dos trabalhadores, somam-se os conceitos neoliberais. À manifestação dos estudantes, somam-se os trabalhadores jovens. A maioria da população francesa decide-se contra a nova lei, não é só a popularidade do governo que cai. A França é um país resistente, não um país de baderneiros. Assim, tudo que repercutiu nos grandes jornais brasileiros pode ser adicionado de novos conceitos e muitas explicações, já que os acontecimentos franceses foram noticiados de maneira tendenciosa, para justificar as atitudes neoliberais. Mesmo assim, o movimento

estudantil brasileiro e a mídia alternativa conseguiram mostrar para parte da população uma versão mais completa dos fatos. E para essas pessoas a manifestação não foi despropositada, nem feita por baderneiros e vândalos, mas sim por uma população que resiste e luta por melhores condições de vida.

LÍBANO E A GUERRA DE ISRAEL

Mural Produzido em:
08/2006

Coordenação:
Gilberto Calil

Acadêmicos:
Priscila Marchini Marins
Rita de Cássia S. Kneib
Gervasio Cezar Junior
Carlos Mauricio Trindade
Fernando Chlad

O Massacre Americano-Israelense contra o Líbano

Gervasio Cezar Junior

Há quem pense que a agressão militar desencadeada em julho de 2006 contra o Líbano é um fato novo, um nova guerra que surgiu entre os “terroristas islâmicos” e o “movimento de pacificação israelense” (assim titulados pela comunidade imperialista e a grande imprensa neoliberal em geral).

Esta guerra se iniciou como um projeto estadunidense chamado pela Casa Branca de “guerra contra o terrorismo”, lançado no final de 2001 com ataques ao Afeganistão. Um projeto que visa remodelar o mundo de acordo com os interesses financeiros e estratégicos do “mega-empresário” George W. Bush.

O fato é que Israel serve de marionete para o governo imperialista dos EUA implantar seus moldes no Oriente Médio, ao mesmo tempo que também age como agressiva potência imperialista no Oriente Médio.

Este massacre imposto ao povo libanês pelos exércitos americano-israelense se apoia no slogan de acabar com o terrorismo do mundo, mas o que realmente vemos são as forças de resistência do Líbano serem bombardeadas pelas armas de morte americanas, tentando de todas as maneiras manterem-se vivos.

O interessante é assistir ao governo Bush dizer que não intervirá nesta guerra por ter problemas maiores a tratar com o Iraque e o Afeganistão. Primeiramente, se trata de uma guerra só, onde os EUA tentam tomar o controle do Oriente Médio. Em segundo lugar os Estados Unidos da América já intervêm há muito tempo nesta região, mandando forças bélicas ao Estado de Israel.

Um dos fatores para os Estados Unidos estarem diretamente ligados a esta guerra é sem dúvida pelo controle do petróleo na região. O plano central dos imperialistas americanos é a construção de um oleoduto, este cortaria ao meio o Oriente Médio e levaria petróleo do Mar Cáspio ao Mar Mediterrâneo, abastecendo assim todo o mundo ocidental.

Uma das perguntas talvez que possam surgir seria a do interesse de Israel na guerra. Israel estaria envolvido como um “robozinho” dos americanos também interessado no oleoduto e principalmente nas reservas de água que o Líbano possui, os quais já estariam em poder israelense.

O curioso é que esta guerra já havia sido prevista em 2001, assim como é prevista hoje uma regionalização da chamada “Guerra no Oriente”, onde mais cedo ou mais tarde o

governo estadunidense passaria a ter controle total da área. A ação israelense fortalece o discurso de Bin Laden: "Eles vieram tomar sua terra e seus recursos; eles vieram desonrar suas mulheres e desgraçar sua cultura; eles vieram humilhá-lo em frente aos seus filhos e amontoar ignomínia sobre sua religião".

O fato é que esta figura chamada Bin Laden talvez não sirva como exemplo para nós todos, mas devemos analisar sua frase com extrema cautela, aliás será que não é isso mesmo o que está acontecendo no Oriente Médio, ou melhor, em todo o mundo?

Os terroristas que o imperialismo não cansa de mostrar

Rita de Cássia S. Kneib.

Depois da revolução iraniana, em 1980, as correntes islamitas radicais têm crescido muito no mundo muçulmano. Hezbollah e Hamas são algumas delas que vêm sendo combatidas pelo imperialismo, mas que têm ganho apoio no movimento de massas dos países muçulmanos. Conhecidas por todo ocidente como facções terroristas, são organizações de combate ao sionismo e ao Estado de Israel.

O Hezbollah, que é de origem xiita defende a liberação da Palestina e tem ligações com a Síria e o Irã. Por mais que tenha uma direção burguesa, combate o imperialismo. Tem eleito parlamentares no governo do Líbano, participando efetivamente da vida política desse país. Alvo do ataque israelense que afeta todo o Líbano, é um forte exército, mais bem equipado do que o exército libanês. Mesmo sendo claro que o ataque israelense é dirigido ao povo árabe, e não ao Hezbollah, este tem sido um empecilho para o imperialismo norte-americano pôr suas garras sobre o Oriente Médio. Tudo isso sob as ordens de Nasrallah, que para muitos é um nacionalista e para tantos outros é um fiel combatente jihadista.

O Hamas atua na Palestina, e como o Hezbollah é um movimento de resistência à ocupação israelense. Tem como projeto a criação de um Estado islâmico, e hoje lidera o governo eleito através de vias democráticas da Palestina, quando tirou a Fatah do governo. Outro grupo fundamentalista e xiita é a Jihad Islâmica, mas essa se recusa a participar das eleições oficiais da Palestina. Já a Fatah é um grupo mais moderado em comparação aos outros, de caráter revolucionário, dirigiu o movimento de resistência palestina desde a fundação da OLP.

Assim, pode-se perceber que o objetivo desses grupos é de ordem religiosa, desafiando o mundo cristão e iluminista. Quer expulsar o inimigo, e defender o que é seu. Mesmo que suas vias de luta não sejam adequadas, pois acabam por matar inocentes, esses grupos são mal pintados pela visão imperialista ocidental e por seus rivais religiosos.

Intervenção da ONU no Líbano é para zelar pela PAZ?

Priscila Marchini Marins

O papel da Organização das Nações Unidas (ONU) no Líbano, segundo a própria ONU, tem por finalidade evitar a guerra. Os países da União Européia se vêem na obrigação de fornecer a maior parte do novo contingente da ONU no Líbano. A força da ONU deve atuar ao lado de outros 15 mil soldados libaneses para vigiar a trégua entre Israel e o Hezbollah, que travaram uma guerra de 34 dias na região. Para evitar que os combates sejam retomados, a ONU autorizou o envio de 15 mil soldados ao Sul do Líbano.

Dentre os países que enviarão tropas, cada um possui interesse na região, em particular a França, pois a liderança francesa se explicaria pelo papel histórico da França no Líbano- depois da Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações deu aos franceses um mandato para governar o Líbano-, mas também porque a diplomacia de Paris quis, e conseguiu, um papel distinto na crise. Uma vez que os países da União Européia intervêm nesta região, estarão contribuindo para acirrar tensões e conflitos na região.

A legitimidade das Nações Unidas como um organismo que teria como função zelar pela paz internacional está sendo questionada na sua raiz - pois está favorecendo os interesses das grandes nações. No mundo conturbado de hoje, dominado pela violência, pelo avanço da tecnologia e da ciência, pela manipulação dos meios de comunicações, devemos zelar por um organismo internacional que não seja subordinado aos interesses dos países imperialistas.

Base norte-americana no Paraguai: imperialismo sob a máscara do antiterrorismo

Carlos Mauricio Trindade.

Uma grande polêmica abalou as relações internacionais e causou uma instabilidade diplomática entre o Paraguai e os países sul-americanos: a presença de uma base norte-americana com capacidade de alojar 16 mil soldados, radares de longo alcance e uma pista de pouso maior que o Aeroporto Internacional de Assunção com capacidade de pouso de grandes aviões de combate e transporte.

O Paraguai é acusado de abdicar de sua autonomia sobre assuntos de segurança interna, pois os EUA comandam e treinam tropas paraguaias e utilizam o argumento de uma força cooperada na luta contra o terrorismo e o narcotráfico. O governo paraguaio se defende e diz que apóia a luta contra o terrorismo e o narcotráfico e espera tratamento privilegiado dos norte-americanos, com a melhoria de sua economia e intercâmbio entre EUA e Paraguai.

Por trás da escolha estadunidense de quem é “bom” e “mau”, existem fortes indícios que apontam outros interesses no controle da região da Tríplice Fronteira; a proximidade das fronteiras bolivianas, há aproximadamente 200 quilômetros, onde se localiza a maior reserva de gás natural da América; o aquífero guarani, a maior reserva de água subterrânea do planeta e a proximidade com a ITAIPU Binacional, cerca de 100 Km de Foz do Iguaçu, a maior hidroelétrica em operação no mundo que abastece 54% da energia consumida no Brasil.

Para camuflar seus interesses geopolíticos, a grande mídia internacional bombardeia a Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai) com acusações sobre supostas ligações entre a colônia libanesa em Foz do Iguaçu e milícias que se opunham aos ataques israelenses no Líbano e Palestina, como o Hamas e o Hezbollah. “Um dos lugares mais sem leis do mundo e também um centro de terrorismo do Oriente Médio na América do Sul” acusa um jornal norte-americano.

A colônia libanesa em Foz do Iguaçu conta com aproximadamente 12 mil libaneses e descendentes, Desses, 800 estavam no Líbano e foram surpreendidas com a ocupação israelense. Isto se explica pelo fato de que os ataques israelenses começaram no período de férias escolares brasileiras. Um ponto agravante é a influência e descasos das autoridades brasileiras com relação aos brasileiros no Líbano.

Manifestações pela paz no Oriente Médio e contra a invasão e os bombardeios no Líbano mobilizam brasileiros, libaneses e descendentes de libaneses, mas não se deve

esquecer que Israel é somente uma marionete dos norte-americanos, que por sua vez aperta o cerco em todas as frentes, até mesmo aqui, perto de nossas casas, se localiza uma base norte-americana com objetivo de assegurar sua influência e domínio sobre a América e o mundo.

Uma Guerra Silenciada

Fernando Chlad

Recentemente mais um conflito eclodiu no Oriente Médio, e não faltaram matérias em jornais e revistas para nos “informar” sobre isso. Aqueles que conhecem o principal valor da “ética” jornalista sabem que podem esperar qualquer coisa dela, inclusive uma defesa explícita de Israel, mesmo quando é feito um ataque completamente desproporcional e genocida, que parece mais preocupado em destruir as estruturas e o povo libanês do que dismantelar um grupo “terrorista” ou libertar o soldado israelense feito refém pelo Hezbollah, porém, o mais impressionante é que não foi bem assim que aconteceu... A mídia critica os ataques desproporcionais israelenses, enquanto mostra o terror vivido pelos libaneses, e, dentre tudo, o que mais assusta: não crucifica o Hezbollah, falando ainda de todo o suporte que ele concedeu à população libanesa que teve seus lares destruídos pela irracional ofensiva israelense. É nesse momento que nos perguntamos por qual motivo a imprensa deixou de lambar os pés de seu mestre e ídolo mor, os Estados Unidos, e, por consequência, o capacho deles, Israel, e a resposta é simples: porque todo o resto do mundo é contra essa guerra, especialmente contra a desmedida invasão israelense.

Apesar disso, imprensa é imprensa, e se ela não defende Israel é apenas para não ser acusada por grupos humanitários de defender a matança israelense, mas não hesita em ocultar deliberadamente fatos que poderiam promover um repúdio geral dos leitores contra Israel.

Quando se fala do início do conflito, a culpa sempre cai em cima do Hezbollah, pelo seqüestro do soldado israelense, porém nunca é mencionado que o objetivo desse seqüestro era negociar o soldado em troca dos civis presos por Israel, que rapidamente utilizou esse fato como uma desculpa esdrúxula para atacar o Líbano, dizendo ter como objetivo o soldado israelense, porém, com o tamanho da destruição causada, Israel se viu forçado a inventar uma desculpa nova, dizendo que o soldado não era mais a questão principal, mas sim a destruição da infra-estrutura do Hezbollah, porém a única coisa que ele conseguiu foi o ódio do povo libanês e o aumento do prestígio do grupo de resistência.

Mas o mais alarmante está na ocultação dos atos mais desumanos de Israel, principalmente no que se refere a algumas das armas utilizadas, como a bombas de fósforo branco, que corroem a pele até os ossos, não deixando qualquer chance de sobrevivência aos alvos, e que foram proibidas após a guerra do Vietnã, sendo seu uso permitido apenas em casos muito restritos, como iluminação de campo de batalha completamente desabitado. Mas talvez o pior de tudo seja o fato de que as evidências (por sinal, já comprovadas por muitos

médicos) do uso de fósforo branco tenham sido encontradas em corpos de crianças, deixando bem claro qual o caráter da invasão israelense...

E vale também lembrar das bombas de fragmentação, bombas com uma série de outros explosivos dentro, visando aumentar a área de impacto, só admitidas pela imprensa porque os próprios israelenses admitiram (inclusive justificando sua utilização), uma arma de extermínio, devido a sua pouca precisão e controle de detonação, cujo único objetivo é atingir o maior número possível de pessoas, acontecendo freqüentemente dessas bombas não explodirem na hora, tornando-se um perigo para a população.

O uso de tais armas é condenado por grupos de direitos humanos, por motivos óbvios, mas mesmo assim Israel continua ignorando a ONU e outras entidades (e países) que pedem pela paz, não se sabe se pelo prazer com a carnificina ou ordens de seu mestre, mas mesmo assim eles continuam levando o Líbano à ruína e acabando em dias com os avanços que o país levou anos, se não décadas, para conseguir...

TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

Mural Produzido em:
09/2006

Coordenação:
Antonio de Pádua Bosi

Acadêmicos:
Priscila Marchini Marins
Rita de Cássia S. Kneib
Gervasio Cezar Junior
Gabriel Paiva
Carlos Mauricio Trindade
Fernando Chlad

“Flexibilização” do trabalho e organização sindical¹

Antônio de Pádua Bosi

“A única potência social que os operários possuem é seu número. Mas a quantidade é anulada pela desunião. Esta desunião dos operários se engendra e perpetua por uma concorrência inevitável. Os sindicatos nasceram dos esforços espontâneos dos operários ao lutar contra as ordens despóticas do capital, para impedir ou ao menos atenuar os efeitos dessa concorrência, modificando os termos do contrato, de forma a se colocarem acima da condição de simples escravos”. (Karl Marx, 1866)

O longo aprendizado das classes trabalhadoras nos países industriais culminou, no final do século XIX, em fortes organizações sindicais, algumas delas, inclusive, orientadas por programas socialistas de transformação social. Afinal, os trabalhadores souberam como tirar vantagem de conjunturas econômicas propícias mantendo conquistas em conjunturas adversas. Para tanto, utilizaram um arsenal vasto de luta organizada que ia da greve à quebra de máquinas. A resposta capitalista a essa situação foi o Taylorismo.

Pensado no final do século XIX e difundido no primeiro quartel do século XX como "método científico" para aperfeiçoar e intensificar a divisão social do trabalho e assegurar o controle total sobre o tempo do trabalhador, o Taylorismo revelou-se de fato numa estratégia burguesa para derrotar a resistência dos trabalhadores à exploração capitalista. Resumidamente, ele baseou-se na tentativa de separar definitivamente na produção de mercadorias *"as fases de planejamento, concepção e direção, de um lado, das tarefas de execução, de outro"*. A Burguesia esperava com isso aprofundar o processo de alienação do trabalhador de suas condições de sobrevivência, embrutecendo seu intelecto, transformando-o numa "coisa". Ao Taylorismo do início do século XX correspondeu o Fordismo, padrão de produção calcado na standartização dos artigos capitalistas. Desta forma, o aumento da produtividade no Fordismo deveria ser alcançado através de economias de escala, assim como da desqualificação, intensificação e homogeneização do trabalho. Esse processo deu origem ao trabalhador de massa, organizado em sindicatos burocratizados que negociam salários uniformes que crescem à medida dos aumentos na produtividade.

O Taylorismo e o Fordismo foram mostrados pela Burguesia como a forma mais adequada e racional de se organizar o trabalho visando altos índices de produtividade que repercutiriam positivamente para patrões e empregados. O discurso correspondente a eles - que tentava fazer crer ao trabalhador a existência de possibilidades concretas de melhoria das condições de vida - encontrou fértil terreno durante as décadas do entreguerras e do pós-

¹ Texto publicado no Jornal “Fronteiras”, 1999.

segunda guerra. Porém, dois fatores concorreram desde o início colocando em questão essas estratégias burguesas: a) a resistência dos trabalhadores que se avolumava e rejeitava a organização e os ritmos de trabalho impostos; b) a intensificação da concorrência capitalista. Portanto, à medida que a resistência operária causava danos à produção e a competitividade capitalista avançava corroendo a lucratividade, novos procedimentos de combinação da composição orgânica do capital eram adotados. Via de regra, a idéia residia em reduzir o gasto com mão-de-obra como maneira tanto de neutralizar a luta dos trabalhadores quanto de obter taxas maiores de mais-valia.

As primeiras experiências nessa direção levaram à adoção de um padrão de acumulação e de produção mais flexibilizado, fundado na incrementação da produtividade pelo viés tecnológico de baixa utilização de mão-de-obra. Na verdade, esta não foi uma escolha majoritariamente tomada por todos os setores do capital. Tentou-se, sabemos bem, o caminho mais curto, tentando restaurar a lucratividade através da intensificação do trabalho e da redução dos salários reais nos setores mais vulneráveis da força de trabalho (e também nos mais vulneráveis).

No Brasil, fez-se uma opção pela política continuada de arrocho salarial até mesmo nos setores competitivos internacionalmente -o automobilístico e o de eletro-eletrônicos em fins da década de 1970 e início da década de 1980. Os resultados foram desastrosos para o capital e as greves do ABC de 1979 e 1980 o mostraram bem. Em nível mundial, a automação, a robótica e a microeletrônica, desenvolvidas no interior do quadro que traçamos anteriormente como sendo extremamente recessivo, detonaram um processo de “desproletarização” de significativos contingentes de mão-de-obra especializada. A intenção trazida por padrões “flexíveis” queria, principalmente, jogar para fora as responsabilidades trabalhistas conquistadas pelos trabalhadores por meio de Constituição Nacional ou de Contratos Coletivos no decorrer das décadas do pós-guerra. Manter no âmbito da empresa apenas um núcleo de operários capazes de se desdobrarem em dez, doze ou até mesmo quatorze horas diárias de trabalho em torno de máquinas - ou no reparo de operários mecânicos (os robôs) -, passou a ser suficiente para o capital. As demais tarefas restantes como limpeza e peças componentes do produto final, por exemplo, eram terceirizadas ou subcontratadas de outras empresas por um preço bem abaixo daquele que teria de ser pago caso todos os operários labutassem sob um mesmo teto legislativo. Com essa política de desregulamentação do trabalho o capital aguardou uma recuperação.

A “flexibilização” do padrão de acumulação e de produção de capital justificou-se na necessidade imperiosa para o capitalismo de quebrar a espinha dorsal de um sindicalismo

ameaçador em sua postura de inarredável defesa dos interesses econômicos dos trabalhadores. Dito de outra maneira, a “flexibilização” tem representado a desregulamentação de leis e pactos trabalhistas. Ela se caracteriza, portanto, por expulsar para a informalidade centenas de milhões de operários em todo o mundo - seja na forma de terceirização ou noutra qualquer. Esta característica não é tão original assim. Nos séculos da Revolução Industrial inglesa, séculos XVIII e XIX, Marx chamou-nos a atenção para o fato de que a maquinaria deu cabo da manufatura e do artesanato enquanto padrões de produção predominantes para fazê-los renascer depois como seus apêndices e auxiliares. É um artifício recorrente. Não há segredos aqui.

Contudo, o fato é que a “flexibilização” na produção implicou fragilizações nos aspectos organizacionais da classe trabalhadora. A partir desse processo, a estrutura sindical sentiu-se pressionada pela fragmentação dos trabalhadores na base. De um sindicalismo por ramo, confederativo e centralizado na perspectiva da existência de Centrais Sindicais, transitava-se para um sindicato por empresa, restrito às questões econômicas mais imediatas. Somado a este aspecto age com maior força ainda o desemprego, que pressiona os sindicatos a buscarem “soluções”. Esta é a base econômica do sindicalismo “reformista”, voltado à conciliação ideológica entre capital e trabalho e afeito à estratégia da negociação que tende a tomar conta do cenário oficial da organização dos trabalhadores. O consenso entre as direções sindicais é definido acerca da questão da diminuição dos empregos devido à introdução de novas tecnologias e métodos de gerenciamento que exigem e determinam longas jornadas de trabalho - tão comuns ao período dos padrões “flexíveis” de acumulação de capital. A pressão exercida por esses novos padrões “flexíveis” impõe uma desregulamentação sem precedentes, transformando a chantagem da demissão na principal arma de combate em favor do capital. Como exemplos disto, temos recentemente na década de 1990 o sindicalismo italiano acertando com o governo federal reestruturações na Previdência Social em nome da preservação dos empregos. Ou ainda, o sindicalismo francês “flexibilizando” os salários (reduzindo-os na verdade) face a ameaça de demissões. Bem como o Brasil, cujo governo federal investiu fortemente no estabelecimento de acordos trilaterais (Estado, patrão, empregado) para evitar o aumento do desemprego no setor automobilístico, com as chamadas “Câmaras Setoriais”, iniciadas em 1992. Os acordos de redução das alíquotas de imposto sobre o automóvel viabilizados pelo governo FHC neste ano de 1999 também devem ser compreendidos nesta ótica.

Até mesmo o sindicalismo de perfil ideológico mais combatido como a CUT passa a ter uma orientação contornada pelo objetivo de propor saídas para as crises conjunturais e

estruturais do capital em detrimento de uma perspectiva de independência em relação ao Estado e ao empresariado. As Câmaras Setoriais são o resultado dessa inflexão. O acordo das Câmaras Setoriais estabelecido em 1992 pretendia, em suas linhas gerais, conseguir um entedimento entre Estado, Empregadores e Empregados no sentido de fazerem concessões que possibilitassem a permanência e o aumento de patamares produtivos dos anos anteriores. Assim, patrões diminuem sua margem de lucro, Estado diminui sua carga fiscal sobre a indústria automobilística e empregados assumem compromissos de produtividade e de estabilização do processo produtivo (não realizam greves). Contudo, apenas seis meses decorridos após o acordo, viu-se bem quais os seus resultados. Diferentemente das promessas que lhe deram parâmetros, o nível de emprego baixou significativamente de 118.926 postos para 116.834. Ou seja, aumentou 2.092 trabalhadores desempregados. Tudo isso, é bom lembrar, foi realizado justificado na ameaça da diminuição de postos de trabalho.

No Brasil as centrais sindicais chegaram ao requinte de proporcionar serviços de "recapacitação" e "reintegração" dos trabalhadores desempregados, tais como cursos na área de informática e similares. Ou então, criando programas de cadastramento de desempregados para possíveis vagas no mercado de trabalho. São estratégias que revelam um posicionamento político de aceitação do capitalismo, já que noutros tempos os trabalhadores opuseram-se ao desemprego exigindo a redução da jornada de trabalho sem redução de salário e, sobretudo, organizando-se para o enfrentamento como fizeram no Brasil no início da década de 1980, criando o "Movimento de Luta Contra o Desemprego".

Não há como negar que a ameaça posta sobre o próprio emprego tem levado os trabalhadores a se intimidarem frente ao capital. Aceitam condições antes inaceitáveis, embora existam alguns casos que desmintam isso. Os sindicatos têm menos força. Sofrem de uma avaliação que perpassa suas direções em todo o mundo - com poucas exceções - profundamente derrotista, que desanima a adoção de qualquer estratégia mais ofensiva. Isto, porque aceitam a realidade como um dado da natureza, como se ela não fosse o resultado de uma dinâmica social onde se contrapõem constantemente interesses de classes.

Esta é a situação em que se encontra o sindicalismo mundial, grosso modo. As centenas de milhares de trabalhadores que já tiveram um trabalho formal e coberto pelas garantias e conquistas da classe estão agora inundando o chamado "mercado informal". E o mais curioso é que, mesmo sendo eles os mais penalizados com o desemprego e a faceta sindical conciliatória, as principais movimentações no Brasil que têm alcançado visibilidade na mídia e na política emanam deles: camelôs, perueiros, catadores de papel etc.. Além desse fator, as próprias experiências tentadas pelas Centrais Sindicais começam a colocar

definitivamente a perspectiva “reformista” em questão. O balanço ao fim de uma estratégia como a das Câmaras Setoriais forçosamente precipita os trabalhadores a pensarem que não resta outro caminho senão o de enfrentar o capitalismo, compreendendo que sob sua égide não há solução viável para os que trabalham. Compreender como se dão os atuais enfrentamentos como os dos perueiros e camelôs refaz necessariamente o itinerário da pesquisa sobre os "mundos do trabalho", uma vez que esses "excluídos" na verdade não estão fora do circuito de produção capitalista. Com efeito, o referencial para esse novo itinerário deve partir do pressuposto de que não há dois *capitalismos* - o formal e o informal - no mundo de hoje, senão que permanece o impasse da organização social capitalista criando e recriando formas que permitam a extração da mais-valia e a perpetuação da desigualdade social. Entender essa realidade requer pesquisa e reflexão. Percebemo-nos socialmente inseridos nela implica organização sindical e luta.

Precarização: Um Panorama sobre as Condições de Vida e Trabalho dos Catadores de Recicláveis

Gervasio Cezar Junior

É visivelmente expressivo o número de pessoas que trabalham com a coleta de recicláveis. É só andarmos alguns quarteirões de nossas casas, ou irmos até o “lixão” mais próximo, e veremos homens, mulheres e até mesmo crianças que sobrevivem, a muito custo, da coleta de material reciclável.

A primeira impressão que a maioria da população tem dessas pessoas é geralmente muito ruim. Criou-se um pré-conceito em torno da figura do catador de reciclável, por ser um sujeito que não se veste aos moldes da “cultura moderna capitalista”, ou seja, os catadores geralmente estão vestidos com roupas bastante sujas e em estado de deterioração, não porque gostam, mas por não terem condições de adquirirem outras vestimentas, ou mesmo aquelas que se encontravam em bons estados acabam se deteriorando por conta do contato direto com o lixo.

Muitas pessoas que olham os catadores os percebem como vagabundos, “fedorentos”, bêbados e até mesmo ladrões. Mas o que a maioria da população não procura analisar diz respeito às condições de vida dessas pessoas, as condições de trabalho em que elas atuam. Em meio ao lixo estão famílias inteiras, os chamados “moradores do lixo”.

Muitos dos catadores de recicláveis moram em seu próprio “local de trabalho”, ou recolhem o material nas ruas e retornam ao final do dia para seus “barracos” (local onde muitos deles, sem muitas perspectivas futuras de vida, chamam de lar). Geralmente “barracos de papelão”, sem nenhuma condição ideal de moradia, não há água encanada, nem saneamento básico, nem rede de esgoto, e além disso disputam o mesmo espaço com bactérias e alguns animais como urubus, tatus e ratos.

Alguns destes trabalhadores estão há tanto tempo neste “serviço” que a única expectativa de vida que possuem é trabalhar enquanto possuem saúde, enquanto seu corpo aguentar. Mas pensemos: até quando essas pessoas possuem saúde? Será que os catadores de recicláveis não estão trabalhando por pura teimosia, apenas por sua força de vontade em viver? O fato é que estes trabalhadores lidam cotidianamente com resíduos tóxicos, tocam constantemente em materiais insalubres, se expõem diretamente ao sol forte o dia todo, e dividem o mesmo território com animais que transmitem doenças, como ratos e pombos. Estes “moradores do lixo” estão expostos a adquirir doenças da pele e leptospirose,

parasitoses, entre outras.

Para além de todos estes problemas, eles ainda têm que conviver com o dilema de receberem mal, não possuírem os direitos de um trabalhador com carteira assinada e ao mesmo tempo conviverem em um mundo voltado à desigualdade social. Parece-me que estas pessoas nasceram e receberam a seguinte missão: SOBREVIVA!

O fato é estes “sobreviventes” ganham em torno de R\$300,00 mensais, e não possuindo nenhum auxílio, como a previdência, não possuem nenhum direito legal de trabalho e aposentadoria. Para “ajudar” estas pessoas surgem as diversas cooperativas de reciclagem. Estas, por sua vez, alugam os equipamentos de trabalho para os catadores, para que estes possam trabalhar. Mas os catadores de recicláveis têm metas a cumprir, pois como agora estes alugam os equipamentos, eles têm que produzir para eles próprios e também para os detentores dos equipamentos, ou seja, a cooperativa é um meio de extrair a mais-valia do catador. Quem na realidade lucra é a cooperativa, e os capitalistas que compram o material recolhido por esta. O trabalhador ainda continua recebendo a mesma miséria.

Essas cooperativas usam então a propaganda de que houve melhorias nas condições de trabalho dos catadores de recicláveis, eles podem até ter equipamentos mais bonitos, mas ainda continuam morando em “barracos de papelões”.

Os jovens no mercado de trabalho hoje

Priscila Marchini Marins

O mundo contemporâneo é marcado por várias mudanças econômicas que afetaram a estrutura produtiva no Brasil. O governo brasileiro adotou medidas para incrementar os setores industrial e de serviços, na medida em que a sua presença no plano das políticas sociais foi sendo reduzido aos poucos. A abertura da economia do Brasil ao capital estrangeiro - que se disfarça nos termos globalização -, flexibilização no mercado de trabalho, projeto dominante como o neoliberalismo, reestruturação produtiva, entre outros, resultou num processo de precarização do trabalho e aumento da desigualdade social. A questão social, abrangendo toda estrutura de classes no Brasil, comprova a precária situação do emprego e do desemprego – em especial os lugares das mulheres e dos jovens no mundo do trabalho-, as condições das negociações salariais, as leis trabalhistas e as políticas do emprego.

Essas modificações são observadas com a transformação do mundo do trabalho, que tem como característica marcante a degradação das condições do mercado de trabalho, com a subcontratação e a informalidade, na incorporação e adaptação de novas tecnologias, entre outras conseqüências. Diante disso, o desemprego afeta diversos grupos sociais, uma massa de excluídos que tem suas chances de acesso ao mercado de trabalho formal reduzidas.

Com a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, a questão do trabalho passou a compreender os programas destinados à melhoria do funcionamento do mercado, com o Estado atuando marginalmente sobre a demanda e a oferta de força de trabalho. A crise no mundo do trabalho não pode ser desenraizada de seus momentos históricos e estruturais, no caso do Brasil. Para compreender o problema do emprego e as condições sociais que afetam tanto nossas vidas hoje, é preciso compreender e entender o lugar do trabalho e dos direitos sociais diante de uma política econômica voltada para o mercado.

Trabalho feminino, movimento de contestação

Carlos Mauricio Trindade

A globalização, sendo um efeito de uma política imperialista expansionista de caráter mundial, modificou as relações de trabalho, estimulando uma política de competição mundial. O capitalismo causou imensas perdas aos trabalhadores por todo mundo, cortes de custos de produção, aumento da flexibilidade do trabalho, terceirização, empregos temporários para assim dificultar cada vez mais o trabalho dos sindicatos.

Os atos de exploração da classe trabalhadora são muito comuns para aumentar a acumulação de capital, inclusive a diferenciação sexual de trabalho, que consiste em uma forma degradante de diferenciação entre homens e mulheres, diferenças de salários, condições de trabalho, etc.

No século XVIII, teve início o moderno movimento feminista, que teve como objetivo principal lutar contra a dominação masculina patriarcal, buscando o fim da hierarquia entre homens e mulheres, lutando pela igualdade política, social e econômica entre os sexos.

Do século XVIII até os dias atuais, surgiram várias ramificações do movimento feminista, entre elas o Feminismo Pragmático, que por sua vez tem suas raízes na luta por direitos das mulheres na área fabril e serviços domésticos. Lutando contra a exploração capitalista, que tem como princípio a exploração do trabalho feminino inferiorizado, diante dessa ordem as trabalhadoras enfrentam e reivindicam o fim da discriminação do trabalho feminino, mesmas condições de trabalho e salários iguais aos dos homens etc.

Se for considerado o trabalho doméstico ou a chamada “dupla jornada de trabalho” as mulheres trabalham cerca de 20 a 30% a mais que os homens em geral, e o mais interessante é que as mulheres ganham até 30 % a menos que os homens, mesmo atuando na mesma função. Na moderna divisão de trabalho capitalista as mulheres são cada vez mais empurradas para funções distintas, consideradas mais relevante e compreensivas, assumem trabalhos na área de educação, secretariado e na área bancária.

Doenças do trabalho: uma das conseqüências da precarização

Rita Kneib

Com as mudanças na organização do trabalho, terceirização, crescimento do setor informal, flexibilização dos direitos trabalhistas, a carga de trabalho tende a aumentar e as tarefas são mal divididas, além da assistência médica deixar de ser garantida ao trabalhador. Nessa condição de trabalho, surge uma série de problemas que afetam a saúde dos trabalhadores. Desde doenças psicológicas a doenças físicas, acabam aparecendo em qualquer profissão. Algumas dessas doenças são o LER, o estresse até mesmo problemas de depressão e hipertensão.

O LER, lesão por esforço repetitivo, é uma doença que afeta a musculatura e os tendões, e pode levar ao afastamento da atividade profissional, por invalidez ou aposentadoria precoce. É muito comum em setores financeiros, administrativos e no comércio, devido ao grande uso de computador. Também afeta o setor da saúde, graças à modernização tecnológica, o que não permite dúvidas quanto a sua relação com a informatização e automação.

A pressão que é gerada no ambiente de trabalho e na competição característica do sistema capitalista, faz com que as pessoas sofram de problemas de saúde que podem ser psicopatológicos, psicossomáticos e/ou comportamentais. E pode ser agravado por humilhações, comportamento injusto, agressivo, dentro do local de trabalho, geralmente causado por abusos de poder e relações autoritárias. Caracterizado assim, o chamado assédio moral pode acarretar, além de inúmeras doenças, o isolamento social e até mesmo a demissão.

Há também o burnout, uma espécie de exaustão mental e emocional no trabalho. Ocorre devido a frustrações, ao sentimento de inadequação por não conseguir alcançar o nível ou colocação dos demais e pode levar a uma perda de idealismo, além de doenças como pressão alta, dores de cabeça, ansiedade e depressão. É muito comum em setores fortemente competitivos, onde poucos se sobressaem aos demais, embora todos trabalhem.

Contudo, é notável que a precarização do trabalho não afeta só os trabalhadores braçais e de baixa remuneração, como também profissões consideradas nobres. Pois quando o trabalhador perde seus direitos, como assistência médica, ou quando nunca os tem, fica mais suscetível a doenças porque não há uma prática preventiva e nem uma preocupação com a saúde. Assim como, quando o mercado de trabalho é restringido e a competição aumenta, intensifica-se a cobrança e a carga de trabalho, mesmo que se saiba que não há espaço para todos, o que comprova a situação de deteriorização das condições laborais.

QUANDO DISCUTIR MAIORIDADE PENAL

Mural Produzido em:
06/2007

Coordenação:
Aparecida de Souza Darc

Acadêmicos:
Alexandre Roberto Valcarenghi
Carlos Maurício Trindade
Caroline Stefany Depiere
Gervasio Cezar Junior
Mauro Cezar Vaz de Camargo Junior
Sandra Regina Ventura Popiolek
Suzane Conceição Pantolfi Tostes

Quando interessa discutir a questão da maioridade penal?

Quando as classes dominantes precisam ampliar os instrumentos de coerção social

É bastante revelador que numa conjuntura em que se celebra a redução do papel do Estado esteja sendo discutida pelo Congresso Nacional brasileiro uma lei de redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Revelador porque expressa com exatidão as características do Estado neoliberal, fraco quando se trata de intervir na formação de política de bem-estar social, mas forte quando se trata de fortalecer os interesses do capital. Num contexto claramente marcado pelo aumento da tensão social, pois a implantação do projeto neoliberal no Brasil implicou em aumento nas taxas de desemprego, precarização do trabalho, redução dos salários, redução nos investimentos em educação, privatização dos serviços públicos e desmonte da previdência social, promovendo um aprofundamento da desigualdade social. Neste caso específico, a criação de uma lei de redução da maioridade penal deve ser entendida também como um recurso importante na consolidação de instrumentos de controle sobre os setores que ameaçam a ordem estabelecida.

Seria a questão etária o centro do problema? Como explicar então que o percentual de crianças e adolescentes envolvidos em crimes no Brasil e de países como a Inglaterra, em que a maioridade penal é definida a partir dos 10 anos, são bastante semelhantes, próximos dos 10%? Ao focalizar a questão etária desvia-se a atenção dos elementos sociais, econômicos e ideológicos que caracterizam a criminalidade na sociedade contemporânea. Considera-se importante atacar a causa da criminalidade pelos seus efeitos, isto é, o criminoso. A criação de leis mais rigorosas, que variam conforme a cultura e as dinâmicas políticas de cada país, faz parte da criação de mecanismos que legitimam e justificam os instrumentos de coerção e controle, principalmente em contextos de maior tensão e conflito social.

Quando interessa à grande mídia dramatizar a violência e desviar a atenção da opinião pública

A grande mídia no Brasil tem exercido historicamente um papel de destaque neste processo de justificação da ampliação da força coercitiva do Estado à medida que atua diretamente na promoção de um clima generalizado de medo e horror por meio da divulgação massiva de reportagens e matérias sobre o aumento da criminalidade e da violência e, portanto, da falta de segurança pública. O alvo mais recente são os adolescentes envolvidos em crime violentos contra a vida. Diante disso, vemos mais uma vez no Congresso Nacional as discussões girarem em torno das formas de punição dos criminosos. Isto vale tanto para aqueles que defendem a redução da maioria penal como para aqueles contrários à mudança na lei, e defendem que o Congresso discuta punições mais severas para adultos que envolvem menores de idade em crimes ao invés de reduzir a idade penal mínima do país. Ao concentrar todas as atenções nas formas de punição:

a) desvia-se a atenção de todos em relação aos processos conjunturais e estruturais que promovem a violência no país;

b) permite, ao mesmo tempo, transformar os grupos nos únicos responsáveis pelo estado de insegurança isentando a responsabilidade dos dirigentes e de suas políticas econômicas e sociais;

c) fixa a noção de crime singularmente nas ações que desrespeitam o direito a propriedade e que atentam contra a ordem estabelecida e deixa de lado outras formas de crime como, por exemplo, os crimes ambientais, os desvios de verbas públicas, os acidentes de trabalho que resultam de omissão e imprevidência das empresas e etc.

Pode parecer para alguns mais desavisados que este debate resulta de uma falta de conhecimento sobre a realidade social do país. Mas, não é este o caso, principalmente se considerarmos a que esta prática é recorrente. A história de repressão, disciplinamento e punição de crianças e adolescentes por crimes contra a propriedade remontam o nascimento da sociedade industrial e constitui num pressuposto da própria ordem capitalista, porque busca criar, por meio da ação legitimadora do Estado, instrumentos de repressão às forças sociais que ela mesma acionou pelos processos sócio-econômicos de exploração e exclusão.

ECA e a ilusão do sentimento de impunidade

1.O falso crescimento dos crimes violentos.

Tem prevalecido na imprensa um discurso que atribui ao Estatuto da Criança e do Adolescente a responsabilidade pelo aumento dos crimes violentos cometidos por crianças e adolescentes. No entanto, desmentindo esse discurso os dados fornecidos pelo SINASE indicam que entre 1996 e 2002, estes tipos de crime permaneceram os mesmos, representando 19% do total de atos infracionais cometidos por adolescentes. Houve sim um crescimento na participação no tráfico de drogas que subiu de 4% em 1996 para 9% em 2002. Em sua maioria, cerca de 49%, os atos são de natureza patrimonial, ou seja, trata-se de pequenos furtos e roubos cometidos sem ameaça à vida ou a integridade física das vítimas.

2. O Artigo 112: punição, privação da liberdade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente o artigo nº 112 prevê a punição, pela prática de ato infracional, aos maiores de 12 e menores de 18 meio das chamadas medidas sócio educativas podem atingir conforme o caso, a internação por um período não superior a três anos. O eufemismo internação suaviza o processo enfrentado pelos adolescentes encaminhados para os estabelecimentos que mais se parecem com prisões, se considerarmos as freqüentes denúncias por maus tratos, tortura e violência cometidas em seu interior.

3. Comparação entre o ECA e o Código Penal

José Cordeiro Santiago revela como, em certas circunstâncias, o ECA atua de modo muito rigoroso quando observa que “Em comparação a um réu adulto, primário e de bons antecedentes, para que o mesmo permanecesse três anos recluso em estabelecimento prisional fechado, teria que ter sido condenado à pena de dezoito anos, cumprindo somente a sexta parte, segundo a progressão da pena. Com efeito, verifica-se uma discrepância grande, pois muitas vezes o adolescente primário condenado por roubo qualificado fica recluso em uma Unidade "Educativa" por mais de dois anos, enquanto que o condenado na esfera penal comum, pelo mesmo crime, com as mesmas circunstâncias pessoais, via de regra, não excede a 6 anos e, portanto, pode iniciar o cumprimento da pena diretamente em regime semi-aberto (artigo 33, §2º, alínea "b" do Código Penal). Na pior das hipóteses, se condenado em regime fechado, cumprirá apenas 1 ano (1/6 da pena- Instituto da Progressão da Pena),

contrariamente ao adolescente, que amargará cerca de dois anos em regime totalmente fechado tão degradante, odioso e violento quanto o regime prisional comum.”².

² SANTIAGO, José Cordeiro. Reflexões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente . **Jus Navigandi**, Teresina, ano 4, n. 37, dez. 1999. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1644>>. Acesso em: 11 maio 2007.

PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Mural Produzido em:
08/2007

Coordenação:
Marcos Vinicius Ribeiro
Priscila Marchini Marins

Acadêmicos:
Sandra Popiolek
Martha de A. Piloto
Gervasio Cezar Junior
Alexandre R. Valcareghi
Mauro C. Vaz de Camargo Jr
Carlos Mauricio Trindade
Suzane C. Pantolfi Tostes

Precarização da Educação é Reflexo das Políticas Neoliberais

Marcos Vinicius Ribeiro

Priscila Marchini Marins

Atualmente a educação pública brasileira definha, vítima do descaso por parte dos nossos governantes. Eleitos por uma frágil democracia, pautada em escândalos dos mais grosseiros, sabemos muito bem onde se encontram as justificativas para deixar em segundo plano a educação acessível à maioria da população. Juntar as peças deste complicado jogo de esconde - esconde requer paciência, conscientização e certeza de que os direitos do povo também são partes preponderantes para resistirmos aos roubos com os quais não devemos nos conformar achando isso natural. Devido à perversão com que vivemos atualmente com a educação pública, é indispensável nos entendermos com *eles*.

Por força das políticas específicas do Estado Neoliberal, nos encontramos diante de limites que indignam a todos, Implantado no Brasil nos tempos *trevosos* de Fernando Collor, aprofundado por Fernando Henrique Cardoso e efetivado também pelo governo Lula – ex-companheiro de luta dos trabalhadores.

Acompanhamos cotidianamente a arrogância de um movimento que tem por expressão – e interesse - retirar conquistas históricas baseadas nas reivindicações populares. Os golpes sofridos pelos trabalhadores, como as reformas sindical e trabalhista, apresentam-nos como o Estado brasileiro preocupa-se com os verdadeiros propulsores das conquistas históricas de fato importantes para este país.

Com a educação, esta tirania não é menos perturbadora. O corte de verbas, a piora nas condições e direitos trabalhistas dos professores, o sucateamento das instituições públicas de ensino, isto é apenas uma pequena parcela da cruel realidade que aquece a indignação. Esta situação é agravada diariamente por novas reformas impostas por nossos governantes que refletem amargamente na população.

A educação pública foi e continua sendo alvo de um golpe das políticas neoliberais seja na forma de privatização do ensino público, ou no descaso para com os professores independentemente de seu grau de formação.

Generalizando o sentido das reformas e tornando-as de fato importantes para a população, antes, deve-se enfraquecer os setores públicos para que estes sejam o *modelo de atraso* para a “nação”. Cumprida esta etapa, torna-se imprescindível para a classe dominante que seus investimentos nas áreas enfraquecidas - seja pelo corte de verbas e transtorno das condições de trabalho - cumpram-se de forma eficaz. Assim, multiplica-se a ideologia de que

o quê é bom é o que é pago. Este é o resultado do corte de verbas e a falta de recursos nas instituições públicas.

E quem ganha com isso? As instituições privadas, que são beneficiadas com estes programas. Passam a receber uma remessa considerável de incentivos, por meio de redução nos impostos. Tal manobra se reflete em nossos orçamentos uma vez que nos obriga a pagar pelo que já está pago, o que é uma expressão de um movimento que visa impedir o crescimento e o fortalecimento das instituições públicas, favorecendo as instituições privadas.

Tendo em vista esta discussão, no dia 30 de maio de 2007, um decreto 848 aprovado pelo Governador Requião - que faz parte do alinhamento do Estado do Paraná com a política do Governo Federal da Reforma Universitária - retira a Autonomia Universitária. De forma autoritária, o governo do estado do Paraná proibiu a saída dos professores para qualquer tipo de atividade que envolva recursos do Estado. Não importando se será benéfico para os estudantes. Uma das medidas que podemos citar como exemplo, é a retirada do investimento em Pesquisa e Extensão. O que tem por conseqüências o prejuízo na Educação de Ensino Fundamental e Médio, que assim como a Educação do Ensino Superior, também se tornam alvos da precarização da Educação.

Daí a importância dos movimentos estudantis: Grêmios Estudantis, Diretório Central dos Estudantes (DCE's) e Centros Acadêmicos (CA's). O movimento estudantil luta por sua bandeira em defesa da EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA e de QUALIDADE. Ou seja, CONTRA as políticas do Estado Neoliberal, do FMI e do Banco Mundial que munidos de interesses, querem privatizar a educação brasileira.

Descaso e corte de verbas do governo com a educação pública

Sandra Popiolek

“Lula cortou do orçamento da educação em quatro anos de governo o montante correspondente a R\$ 3,571 bilhões de reais. Os cortes foram crescentes e proporcionais: R\$ 341 milhões em 2003, R\$ 630 milhões em 2004, R\$ 1 bilhão em 2005 e para fechar os quatro anos de governo com *chave de ouro*, R\$ 1,6 bilhões em 2006.”

Em todo o país, estudantes universitários e do ensino fundamental e médio estão à mercê do Governo Federal por meio do corte de verbas. Isso prejudica as estruturas internas - bibliotecas defasadas, aumento de taxas, entre outros. Não pode ser ignorada também a falta de professores e o descaso que ocorre com eles. No caso de arrocho salarial, que é uma estratégia de precarização do trabalho docente, por exemplo, os professores trabalham além das horas destinadas e não ganham o merecido por isso. O Governo Lula atribui esses problemas como “herança” deixada pelo governo anterior, FHC, entretanto não efetivou nenhuma solução para minimizar o problema da educação pública, apenas “re-examinou” o plano do governo anterior. O dado citado no início do texto traduz minimamente o descaso e que se torna, assim um grande problema para a qualidade do ensino também.

Esta é mais uma prática neoliberal do governo Lula: prioriza o pagamento da dívida externa e interna, para atender os capitalistas financeiros; busca parcerias com setores privados, e essa intenção de privatização afeta também a educação (no que diz a respeito do interesse à implantação da Reforma Universitária). O programa do Governo junto ao Ministério da Educação chamado PROUNI – Programa Universidade Para Todos – está presente para comprovar. O discurso do governo diante da situação é implícito: o governo oferece bolsas integrais e parciais para alunos de baixa renda e que não têm condição para pagar seu ensino superior. A situação é que o governo isenta o pagamento de impostos do ensino privado para que essas instituições distribuam as vagas ociosas em forma de bolsa. Logo, o Governo contribui para um enfraquecimento das instituições públicas de ensino dando às universidades privadas (com perdão das dívidas do Estado) uma autonomia de fazer com que a educação seja “comercializada”.

A verdade é que o programa de governo não assumiu nenhum compromisso em aumentar as verbas da educação pública, pelo contrário, cortou as verbas. Diante do que foi apresentado, a educação pública torna-se uma mercadoria.

Reformas na Educação

Martha Piloto

Gervasio Cezar Jr

Quando lemos a respeito das Reformas no Ensino Público, nos vem à mente que essas reformas vem para melhoram o ensino público brasileiro, mas na prática a realidade é outra. Hoje em dia o Ensino Fundamental e Médio apresentam grandes problemas como infraestrutura precária, falta de livros nas bibliotecas e falta de recursos didáticos. Salas superlotadas também dificultam o ensino, pois o professor não tem como esclarecer as dificuldades dos alunos individualmente. Professores cansados e sem tempo para “Hora Atividade” se torna algo corriqueiro nas salas de aula

O único meio dos professores da rede pública se especializarem são os programas governamentais. O PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional) é um grande exemplo. Os professores que participam do programa tem que passar os seus conhecimentos pra outros 36 professores, por meio de atividades aos sábados. Os professores ficam sem perspectivas para Mestrado e Doutorado.

No caso das Universidades públicas, a realidade se diferencia em um ponto. Há privatização do ensino e o corte de verbas. O governo por meio do ENADE cria um ranqueamento das universidades. Se o conceito de nota da Universidade for boa, ocasiona no corte de verbas pelo fato do curso já estar bom e se a nota for ruim ameaça-se o corte do curso. Porque não o investimento para a melhoria do curso?

Por meio do ProUni o governo paga vagas ociosas nas universidades particulares, podendo com o mesmo dinheiro criar mais de um milhão de vagas. Já com o seu novo projeto, Universidade Nova, o governo visa formar bacharéis interdisciplinares em grande escala, na área de Humanas, Arte, Exatas, entre outras.

Através dessas constatações, vemos que na prática essas reformas não estão modificando para melhorar o ensino público de nosso país. Mas, sim de cortar verbas na educação e arrochar cada vez mais o salário dos professores, vemos professores cada vez mais desacreditados com o ensino e mudando de profissão.

Embora a educação seja vista como o “calcanhar-de-aquiles” brasileiro, as melhorias não vêm voltadas para a educação, mas sim para o capital. O governo mostra-se preocupado quando o ranking das Nações Unidas mostra o Brasil como um dos países que menos investe na educação, mas não mostra uma solução real para modificar esse quadro.

Autonomia Universitária

Alexandre R. Valcarenghi

Mauro C. Vaz de Camargo Jr.

Autonomia universitária é a liberdade financeira de decidir sozinho a aplicação das verbas e recursos em geral, administrativa de controle do quadro de funcionário e didático-pedagógicas que diz respeito aos métodos de ensino ou seja deixar as universidades tomarem suas próprias decisões como é previsto por lei pelo artigo 207 da Constituição de 1988.

Mas infelizmente não é isso que vem acontecendo no Brasil, cada vez mais os governos querem centralizar o poder em suas mãos retirando das universidades a capacidade de tomar suas próprias decisões e medidas, como compra e venda de material, liberação de profissionais, extensão e pesquisa etc.

O que surpreende é que esses ataques à autonomia vem acontecendo nos governos de ex-militantes do movimento estudantil como é o caso de José Serra, que foi presidente da UNE (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES) e hoje governador de São Paulo com seus decretos que retiram toda a autonomia das universidades estaduais paulistas, o que gerou total indignação do meio acadêmico com diversas manifestações nas entidades de ensino superior daquele estado. E também é o caso do estado do Paraná, onde no governo Jaime Lerner que tentava “confundir” a autonomia universitária com privatizações, onde a universidade deveria produzir seus próprios recursos, voltando assim a universidade para o mercado e não para o ensino. Atualmente no governo Requião o decreto 848 atacava a autonomia das universidades estaduais paranaenses inclusive a UNIOESTE e também dos demais órgãos públicos como COPEL, SANEPAR etc. Com as manifestações do meio estudantil paranaense a inclusão das universidades nesse documento foi reavaliada e tratada como um “engano” pelo governo.

Esse decreto previa que qualquer decisão financeira e administrativa deveria passar pela mesa do próprio governador, o que além de burocratizar, atrasaria mais os processos, mesmo os mais simples como compra de material de informática ou decisões ligadas aos estágios supervisionados. Essa prática da tentativa de retirada da autonomia que é um direito descrito na constituição, vem acontecendo por meio de decretos e há muito tempo são decisões individuais. O que mostra o autoritarismo dos governos ignorando todas as discussões e conquistas do meio acadêmico e demais órgãos públicos.

Verbas públicas nas Universidades públicas!

Movimento estudantil: luta contra os tentáculos do governo

Carlos Mauricio Trindade

Suzane Conceição Pantolfi Tostes

No dia 12/06/2007 na Unioeste - Campus de Marechal Cândido Rondon, ocorreu uma paralisação de todos os estudantes com adesão de alguns professores, em oposição às práticas neoliberais impostas pelo governo Requião, que tenta inviabilizar a educação de qualidade nas instituições de ensino superior no Paraná.

O Governo de Requião tenta implementar já no ensino médio uma política governamental de controle, vinculando esses estudantes a órgãos governamentais. O Governador do Estado lançou em sua página oficial um modelo de estatuto incentivando a criação de Grêmios Estudantis. Porém, esse estatuto vem afirmar as práticas de controle governamentais utilizando órgãos como a UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas), UPES (União Paranaense dos Estudantes Secundaristas), UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), tirando dessa maneira toda autonomia dos estudantes secundaristas. É importante deixar claro que esses órgãos são ligados à UNE (União Nacional dos Estudantes) que é base aliada ao Governo Lula.

Essas práticas também são as realidades vividas pelos estudantes universitários. Em 2004, o Governo Lula anunciou a Reforma Universitária, PROUNI (Programa Universidade Para Todos) e SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior). A UNE, a marionete testa de ferro do governo, apoiou essas práticas governamentais, pois dentro dessa entidade a maioria de seus membros são vinculados ao UJS(União da Juventude Socialista), ao PC do B (Partido Comunista do Brasil), sendo assim base governista apoiando qualquer reforma neoliberal do governo Lula.

Hoje, os CA's, DCE's e Grêmios que se desvincularam da UNE, ganham cada vez mais adesões de estudantes do Brasil inteiro e continuam lutando pelas seguintes bandeiras: CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO LULA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, MAIS VERBAS PARA EDUCAÇÃO, CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO PELO PRIVADO, entre outras. Essas bandeiras foram deixadas de lado pela UNE, que atualmente se preocupa mais em enviar seus delegados a congressos para manutenção de seu poder interno, que é apoiado pelo Governo atual, porque a mesma recebe verbas por esse apoio.

O CASO RCTV: A CONCESSÃO DO PÚBLICO

Mural Produzido em:
09/2007

Coordenação:
Carla Luciana Silva
Fernando Henrique Paz

Acadêmicos:
Sandra Popiolek
Martha de A. Piloto
Gervasio Cezar Junior
Alexandre R. Valcareghi
Mauro C. Vaz de Camargo Jr
Carlos Mauricio Trindade
Suzane C. Pantolfi Tostes

El Comandante e os limites da revolução bolivariana

Carlos Mauricio Trindade

Martha Piloto

A Venezuela é um país do qual não escutávamos muito, mas desde 1999, quando começou a ser traçada uma nova política no país, as atenções de todo o mundo se voltaram para sua política, economia e governo.

A Venezuela saiu de uma economia agrícola e se voltou para o setor petrolífero, crescendo muito economicamente, mas isso não acabou com as desigualdades sociais “os 10% mais pobres da população detêm apenas 1,6% da renda nacional, e os 10% mais ricos, 32%. A pobreza alcança 85% da população, enquanto as classes A e B, somadas representam somente 3,5% do total”.³

Após um fracassado golpe militar em 1992, quando Carlos Andrés Perez estava no poder, Chávez ganhou as eleições diretas para a presidência, em 1999, de forma democrática, e, a partir disso, governos como dos EUA começaram a se preocupar com a economia do país e com as negociações do petróleo barato que compravam da Venezuela.

Temos na imagem de Chávez a construção de um imaginário, sempre remetendo às lutas e conquistas de Simon Bolívar, como se a sua imagem fosse parecida com a de um homem que ajudou nas lutas das colônias da América Latina contra a metrópole. Chávez apropria-se dessa imagem de forte e lutador, remete a si mesmo esse imaginário, sempre usando Simon Bolívar em suas falas, como se ele também fosse libertar a América Latina da metrópole estadunidense.

O discurso de Chávez vai justamente contra os “Donos do Petróleo”, Chávez se mostra como um homem do povo e que conhece suas necessidades. Sendo assim, seus discursos sempre estão com a fala direcionada para a divisão das riquezas do país com toda a população, como se esse fosse o caminho para acabar com a desigualdade de forma rápida. Mas isso tudo acaba não saindo de seus discursos.

Na prática a política de Chávez não está dividindo a riqueza do país com toda a população, mas sim proporcionando à população pobre programas assistencialistas de forma imediata. Chávez gasta mais de 31% dos recursos públicos nesses programas, mas não apresenta propostas concretas de como ocorrerá uma melhor distribuição das riquezas do país.

Esses programas assistencialistas são as únicas ferramentas que Chávez tem para conseguir o apoio do povo e se manter no poder. Em 2002, quando Chávez sofreu o Golpe

³ UCHOA, Pablo. Venezuela: a encruzilhada de Hugo Chávez. Globo Editora, São Paulo, 2005.

Militar, ou em 2004, quando chamaram um plebiscito para a retirada ou não de Chávez do poder, o apoio da população foi essencial para que o mesmo se mantivesse no poder. A população tem se mobilizado e se articula ao seu favor, entrando até mesmo em conflito com a polícia para proteger aquele que, no imaginário chavista, é o único que os defende.

Dar um Golpe é democrático?

Alexandre Valcarenghi

Suzane Tostes

No dia 11 de abril de 2002 o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, sofreu um golpe. O mesmo foi planejado pelos meios de comunicação venezuelanos que atendiam à elite e ao governo estadunidense.

Alguns representantes da grande mídia venezuelana, atendendo à elite e aos EUA, organizaram uma manifestação popular, com o suposto objetivo de reagir contra o “caos” que o governo Chávez estaria causando no país. Convocados pela oficialista Rede Caracas, a população compareceu em massa desde o dia 6/4/2002 em manifestações populares por toda capital Caracas.

No dia 11/04 aproveitando o “gancho” das manifestações e passeatas que estavam ocorrendo em frente ao palácio Miraflores, a RCTV declarou o verdadeiro objetivo dos golpistas: indeferiram a suposta greve e anunciaram o golpe, exigindo a renúncia do presidente eleito da Venezuela, Hugo Chávez.

Usando esse episódio os opositores de Chávez invadiram o palácio Miraflores e tentaram obrigar Chávez a assinar sua renúncia do cargo de presidente da Venezuela. Como este não aceitou, foi levado e isolado em várias bases militares na Venezuela sob a escolta da parcela golpista do exército venezuelano.

O golpe durou três dias, e dentro desses a grande mídia encobriu muitos fatos, manipulou as informações que eram passadas à população daquele país, construindo os fatos a favor da elite golpista. A RCTV anunciou a suposta renúncia de Chávez e a posse de Pedro Carmona, um poderoso empresário presidente da FEDECAMARAS (Federação de Câmaras). Este foi logo reconhecido como novo presidente pelo governo dos EUA, que apoiava totalmente o golpe e financiava os opositores elitistas venezuelanos desde 2001.

Outro ponto muito importante que deve ser ressaltado é que o golpe sofrido por Chávez só aconteceu pelos seus posicionamentos políticos nacionalistas “audaciosos” tais como: preservar e fixar os lucros nacionais, principalmente na área petrolífera, com as vendas feitas pela empresa estatal PDVSA, e pela sua oposição ferrenha às práticas políticas e econômicas imperialista dos EUA.

Essas práticas nacionalistas eram consideradas afrontas pelos EUA e pela elite venezuelana. A grande mídia da elite ajudou a forjar o golpe e divulgar notícias falsas e imprecisas para a população venezuelana.

Isso nos faz questionar o que é democracia para os EUA e para a elite venezuelana. Dar um golpe em um presidente eleito pelo povo é mais ou menos democrático do que não renovar a concessão pública de um canal de televisão?

Você decide: sim ou não à concessão?

Mauro Cezar Vaz de Camargo Junior

Sandra Popiolek

Na noite do dia 27 de maio de 2007, um dos maiores canais de comunicação da Venezuela, a RCTV (Rádio Caracas Televisión) saiu do ar devido à não renovação da concessão pelo Governo após 53 anos de funcionamento. A RCTV deixou de operar, trazendo uma grande revolta, principalmente dos meios de comunicação nacional e internacional.

A RCTV trata do ocorrido como censura e uma forma do Governo se vingar da emissora, pelo fato dela apoiar o Golpe de Estado contra Hugo Chávez em 2002. A emissora acusa o Governo de ser antidemocrático pela não renovação da concessão, porém não leva em conta o fato de Hugo Chávez seguir a Constituição e ter esperado vencer o contrato. Se esse fato se tratasse de uma vingança, o presidente poderia ter rompido o contrato de concessão quando reassumiu o Governo após o Golpe, alegando que a RCTV tinha atentado contra a democracia no país e teria desinformado a população omitindo as notícias reais.

O Governo Venezuelano, tendo em vista sua Constituição, tem autonomia de renovar ou não a concessão, haja vista que existem normas para uma emissora de televisão ou de rádio ir ao ar, como por exemplo: caso de má qualidade técnica, desrespeito às leis trabalhistas, aos direitos previdenciários, entre outros. A mídia omite também o fato de que a RCTV, ao longo dos 53 anos de concessão, em algumas ocasiões saiu do ar por não ter cumprido o regimento de funcionamento dos meios de comunicação.

A não renovação da concessão foi tratada pela grande mídia como fechamento (portanto, um ato autoritário), e não como a não renovação de um “contrato”, alegando que era uma atitude antidemocrática. Porém, esse apelo não surtiu efeito, pois a RCTV foi fechada e no seu lugar passou a operar a TV Estatal. Essa substituição é vista pelas outras emissoras privadas da Venezuela como repressão à liberdade de expressão, pois há uma divergência de posições e opiniões entre a rede estatal e as privadas.

Inclusive no Brasil, mais de 180 emissoras de rádio e televisão têm também as suas concessões vencidas em 2007. Não sendo diferente da Venezuela, o Brasil tem suas normas de funcionamento para os meios de comunicação. Na própria Constituição consta o Artigo 220, do Capítulo V, que diz respeito à comunicação social, que regulamenta o funcionamento desses meios de comunicação e no Artigo 223 se regulamenta as concessões dentro do Brasil.

Será que é justa a renovação de uma concessão quando uma emissora “manipula as informações sobre o que acontece diariamente no Brasil”, fugindo das regulamentações

previstas na Constituição? No dia 5 de outubro vencem as concessões da Rede Globo, TV Bandeirantes e TV Record. Nesse dia estão previstas manifestações por parte de movimentos sociais que se sentem reprimidos e prejudicados pela falta de democratização da comunicação e transparência na outorga e renovação das concessões de rádio e televisão.

VIOLÊNCIA

Mural Produzido em:
10/2007

Coordenação:
Fabio Ruela de Oliveira

Acadêmicos:
Sandra
Popiolek
Martha de A. Piloto
Alexandre R. Valcareghi
Mauro C. Vaz de Camargo Jr
Mauricio Trindade
Suzane C. Pantofl Tostes

A violência contemporânea: algumas reflexões

Fábio Ruela de Oliveira

O pensador contemporâneo Raymond Williams (1921-1988), em sua obra *Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade* (SP: Boitempo Editorial, 2007), já adverte que violência “é hoje, frequentemente, uma palavra difícil”. Frisa que “o poder emocional dessa palavra pode causar muita confusão.” Williams conclui o breve estudo do termo violência nesse livro, evidenciando que “se trata, portanto, de uma palavra que necessita de definição específica inicial, se não quisermos cometer uma violência contra ela, ou seja, arrancá-la do seu significado que remonta a fins do século 16.” A obra de Williams sugere de outro modo que sejam feitas configurações e reconfigurações dos significados de várias palavras-chave, como violência, que adquirem seus sentidos historicamente, isto é, a violência está na história e é usada pela história. A presente reflexão sobre violência para este *Observatório do Mundo Contemporâneo* é parcialmente inspirada nas idéias desse autor. Não vamos relativizar o conceito violência, tão pouco por um ponto final, mas propor reflexões marginais que possam colaborar na sua definição e principalmente no seu melhor emprego.

Somos bombardeados diariamente pela violência, nas suas diversas manifestações. Esse tema é recorrente, sobretudo na mídia, nos grandes jornais e revistas, bem como nos vários noticiários da TV local ou nacional. A partir disso precisamos questionar: como a mídia nos dá a ler o que seja violência? Com que fins ela explora a violência? É preciso perceber que, por tratar-se de um tema de apelo emocional significativo, a mídia tende a usar a violência como carro-chefe para a venda e audiência de seus jornais. De outro lado, os vários meios de comunicação classificam todos os atos de grupos de resistentes, manifestantes e questionadores do *status quo* de violentos, mas não problematizam a possível violência indireta que vivem ou viveram, até partirem para uma ação direta violenta e objetiva, não banal, como querem nos fazer crer muitas vezes. As mídias também são imperdoáveis e intransigentes com qualquer tipo de violência hedionda, praticada por indivíduos criados em ambientes extremamente corruptos e indignos, que possuem traumas psíquicos profundos, mas nunca problematizam a barbárie à que foram e estão sujeitos, e por elas são chamados de bárbaros.

É difícil, mas é necessário ampliar as noções ou relações do conceito de violência, questionar a noção maniqueísta ligada a violência, ou seja, a simples idéia de que, quem pratica violência são os maus e os outros são os bons. Temos de ter clareza de que na

sociedade contemporânea a violência é banalizada, porém transmitida de forma maniqueísta. Somos violentados e violentamos pelo excesso de violência na mídia, na TV, que deste modo vai formando uma sociedade fundada no medo. A história do século 20 nos mostra que o resultado da inoculação constante do medo na sociedade é a formação de governos totalitários, extremamente violentos, capazes de atrocidades.

Mas a mídia, ao abordar a violência do Estado, tanto junto a grupos opositores e reivindicatórios, quanto aos marginais que trazem históricos de vidas que não lhes sugerem outra opção, senão a bandidagem, usam outras expressões para a violência institucional, como força, ou defesa. Não empregam violência para os crimes do colarinho branco, de desvios de verbas e assaltos aos cofres públicos, de cifras faraônicas, que geram vácuos incalculáveis na assistência social de milhões, que são seduzidos, por exemplo, pelo crime organizado que os rodeia. Os pobres violentos são os preferidos no tribunal da inquisição midiática. Entretanto, quando os facínoras que deflagram violências maiores e mais banais são jovens de classe média ou alta, deprimidos e entediados pelo consumismo e opulência vazia de suas vidas, a mídia tende a amaciar no trato e procura achar respostas junto a uma sorte de especialistas de gabinete.

Faz-se necessário uma leitura a contrapelo, procurando observar como as sociedades lidam historicamente com a violência. Quando somos roubados, assaltados, baleados, respondemos de forma impetuosa e emotiva, com um desejo ainda maior de violência e agressão. Essa parece ser a maneira mais comum de relação com a violência, e nesses arroubos a repressão imediata se coloca como única solução. Mas se analisarmos a questão do narcotráfico (associado de forma simples e direta à violência) e refletirmos as relações de tal setor criminoso com outras esferas de organização da sociedade, vislumbrando a questão sob a ótica de um mercado de drogas e seu amplo uso na sociedade, por exemplo, veremos que a repressão generalizada não dá conta de uma possível solução para conter ou diminuir a violência. Trata-se indubitavelmente de uma análise complexa, difícil, perigosa talvez, tanto que são poucos os especialistas que ousam discutir sob outros prismas.

Pois bem, a humanidade manipula há milênios, e até há pouco tempo atrás de forma restrita e ritualística, algumas das chamadas drogas ilícitas. Mas hoje a utilização destas foi ampliada e banalizada. Seu consumo, em todas as classes sociais (inclusive por pessoas ilustres da sociedade, que difundem o discurso da repressão total), movimenta uma estrutura produtiva gigantesca. Para atender a grande demanda consumidora essa organização produtiva e criminosa sub-emprega muitos trabalhadores num processo de mão-de-obra semi-escrava e também infantil, nas lavouras e nos pontos de venda. Muitas das chamadas “bocas”, armadas

até os dentes, não reconhecem e não são reconhecidas na dinâmica de livre concorrência do mercador liberal, e são também pontos de disputas homéricas. As incalculáveis cifras do comércio de drogas ilícitas correm o mundo para serem lavadas e, do mesmo modo, influem sobre a indústria bélica mundial, que vende armas para bandidos e mocinhos, promovendo verdadeiras “guerras civis não declaradas”.

De outro lado às indústrias do álcool, do tabaco e farmacêutica, que constituem trustes riquíssimos, também englobam um vultoso aparato publicitário e corrompem o Estado. Nas drogas lícitas, como o tabaco, incidem pesados impostos, que não são coerentemente repassados para os setores a que são propostos, como por exemplo, o sistema público de saúde. Uma sociedade capitalista já doente pelo excesso ou pela exceção, pela exploração do trabalho e pela coerção a padrões de beleza e saúde, tende sim a se auto-medicar e a se drogar. Mas o perverso nesse processo é que os cartéis farmacêuticos e as organizações das drogas lícitas ainda ampliam e sofisticam o discurso da doença. Sugerem que se beba álcool, mas que se cuide, e não abuse, não tenha ressaca, não se deprima, pois o trabalho o espera. Caso tenhamos ressacas ou depressões, ou queiramos emagrecer, as farmácias estão lotadas de novidades. O consumo de álcool, excessivamente sugerido pela propaganda “das boas”, engendra a violência doméstica, especificamente a agressão física à milhões de mulheres. O álcool também promove o genocídio diário ligado às mortes por brigas em bares e acidentes fatais no trânsito e nas rodovias. As últimas estatísticas de mortes no trânsito, só no Brasil, chegam a 300 mil por ano, e mais da metade desse número são de jovens, até os 28 anos de idade.

Com base nos parágrafos acima, sobre as estruturas do mercado de drogas, lançamos algumas questões para reflexão: Quem, ou o que promove a violência hoje? Será que as drogas ilícitas não proporcionam mais lucros assim, proibidas, do que se fossem lícitas, fiscalizadas e taxadas? E se o Estado começasse a discutir uma possível política de drogas, revendo a proibição? Como ficaria a situação da indústria bélica? Como se comportariam as empreiteiras que constroem presídios superfaturados para abrigar os contingentes do narcotráfico? O que aconteceria com estrutura de lavagem do dinheiro sujo do tráfico de drogas? As industriais farmacêuticas, de tabaco e de álcool também não são inocentes. Seus *lobbies* e esquemas de propinas constituem um lodo de corrupção e de assédio moral infiltrado no Estado.

Portanto, se fizermos o exercício de ampliar os sentidos do termo violência, especialmente no mundo contemporâneo, veremos que o mesmo tem relações enraizadas e ramificadas no interior do sistema capitalista. Muito se ganha e se acumula com a violência.

Ela constitui contradição inerente desse sistema e tende a se explicitar mais, com a mesma violência com que o capitalismo se impõe, e vem se impondo ao longo da história, desde os séculos XVI e XVIII até hoje, com a expropriação violenta dos trabalhadores do campo e com os criminosos métodos de divisão e exploração do trabalho.

A violência e suas implicações

Sandra Popiolek

A violência é um tema rico em discussão pela sua amplitude, embora não haja uma definição específica, e está conosco em nossa casa, na escola, no trabalho, em toda a sociedade. Em pequenos atos que provocam o medo e a ameaça a violência está. Por exemplo, quando a mãe se preocupa com a demora do filho que está na rua, ela já teme que ocorreu algum tipo de violência com seu filho. Ou também, a irracionalidade de grande parte das pessoas desencadeia agressão no trânsito, discussões entre motoristas que atacam uns aos outros verbalmente ou fisicamente. Logo, qualquer tipo de violência gera no homem o receio de perder a sua dignidade física e mental. Para melhor compreensão, discutiremos três elementos que vivenciamos e estudamos

Olhamos as grandes cidades contornadas por favelas, na maior parte habitada por pobres, sofrendo com crime, tráfico e luta de gangues, que configuram muitas vezes a milícia particular da região. A causa disso tudo é clara: a má distribuição de renda, o que produz uma luta de classes no interior da sociedade. A mídia mostra que é na periferia onde ocorre a violência mais deflagrada, mas isso não quer dizer que os pobres são mais violentos. Omitem, por exemplo, como se formaram as favelas e quais os fatores que construíram essa imagem de violência e pobreza. Não questionam o porque dessa imagem de violência ser atribuída às favelas. Até podemos pensar que o mesmo “playboy” que violenta a empregada doméstica, coloca fogo em índios e mendigos ou provoca brigas em boates, é o mesmo que “sobe o morro” e colabora com o financiamento do tráfico de drogas, dessa forma, gerando ainda mais violência.

Outro elemento relacionado à nossa história foi o escravismo colonial. Durante quase quatrocentos anos da História do Brasil, o sistema escravista predominou nos campos como a principal forma de mão de obra. As relações de trabalho que envolviam a coerção física através de castigos e torturas também podem se consideradas como violentas. Quando esse sistema foi extinto, a maioria desses trabalhadores foi para as periferias das grandes cidades. Enfim, o processo de dominação entre os povos é sinônimo de intensa e contínua violência. As colonizações feitas sobre os territórios indígenas são exemplos de massacres sanguinários.

Ainda podemos usar a Ditadura Militar no Brasil como o terceiro elemento, pois pelo menos três gerações sentiram diretamente ou indiretamente o peso da mão armada pelas classes dominantes brasileiras para estabelecer uma ordem política que garantisse seus interesses materiais e compromissos econômicos. Atualmente, as formas de intervenção

policial na sociedade continuam violentas.

A multiplicidade das formas de violência presentes na sociedade contemporânea está diretamente ligada a questões sociais, desfragmentação da família, precarização do trabalho, entre outros. A violência é uma questão global, e merece maior atenção do Estado, mas não somente no controle repressivo. O próprio cidadão deve minimizar a violência nas suas relações sociais, de forma consciente sem apelar para mais repressão e violência.

O Estado e seus mecanismos de repressão e violência

Carlos Mauricio Trindade

Ao ver as sirenes e o policiamento nas ruas, a população em geral fica feliz por estar sendo protegida, com a polícia nas ruas prendendo os bandidos, cuidando do funcionamento da sociedade e da paz. Na Inglaterra Vitoriana, reformas no policiamento a partir de 1829, restringiram grande parte dos direitos dos trabalhadores e sua liberdade em locais públicos. O liberalismo é o símbolo da liberdade. Quando o liberalismo e seus governos burgueses retiram os direitos dos trabalhadores e usam a força necessária para repreender qualquer forma de manifestação, os governos são violentos?

Em 2001 os professores e funcionários técnicos-administrativos da UNIOESTE, com o apoio de grande parte dos estudantes, entraram em greve e os pagamentos de seus salários foram suspensos por mais de um mês pelo Governo Lerner. A greve é um direito do trabalhador. Fazer as famílias dos funcionários estaduais da UNIOESTE passarem necessidades não é violência?

Na ditadura militar, os militares criaram o Departamento de Ordem Política e Social, o famoso DOPS, que policiava e repreendia intensivamente, qualquer movimentação de trabalhadores contra o governo. Milhares de pessoas morreram na ditadura militar ou simplesmente “desapareceram” após serem capturados pelos militares. Isso não é Violência?

Em Foz do Iguaçu, no Colégio Estadual Barão do Rio Branco, ocorreu um fato “pitoresco”, três professores foram afastados por DENUNCIAREM A CORRUPÇÃO desse estabelecimento. Esses professores resistiram a essa absurda punição do núcleo de educação pública de Foz do Iguaçu, órgão que age como meio de controle da educação pública em Foz a mando do governador do Estado do Paraná, Roberto Requião. Esses mesmos professores foram acusados de atrapalharem as aulas do colégio ao se manifestarem contra tal decisão. Para reprimi-los, foram chamadas pela diretora do núcleo, 12 VIATURAS da polícia, incluindo CHOQUE e ROTAM. Resultados: um aluno ferido, dezenas de outros foram ameaçados e um dos professores quebrou duas costelas ao ser “interrogado” pelos policiais. A Associação de Pais e Professores em um jornal impresso em repúdio à agressão de alunos e professores citou o fato acontecido em 1988 no qual a cavalaria literalmente passou em cima dos professores estaduais em manifestação contra o “ditador” Estadual da época, Álvaro Dias, que após o escândalo da violência excessiva contra professores saiu impune das acusações.

Refaço minha pergunta: O ESTADO É VIOLENTO? SIM, ELE È VIOLENTO! Um Estado repressor e violento que age quando seus interesses e das classes dominantes desse

país estão em risco!

Mídia e violência: Onde está o problema?

Martha Piloto

Quando ligamos a televisão, rádio ou acessamos a internet, nos deparamos com diferentes tipos de violência, agressão física, verbal, moral, entre outras. A violência passou a ser algo corriqueiro e é tratado com normalidade. A “guerra civil” pela qual passamos e a morte de muitos são vistas com alívio por parte da população, como se preto/pobre fosse sinônimo de bandido e merecesse a morte.

A mídia apresenta a violência como algo isolado e destituído da sociedade. Nos coloca simplesmente que a violência nasce na favela, ignorando a desigualdade social existente na nossa sociedade. Para a grande mídia a lei de “olho por olho e dente por dente” é a que conta.

A mídia, colocando-se como quarto poder manipula a sociedade, mostrando o problema da favela e o seu banditismo e também apresentando soluções. Entretanto, essas são propostas de acordo com os seus interesses e não ao encontro de uma solução ampla para o problema da violência.

As soluções que a grande mídia apresenta são simples e diretas. Para os grandes meios de comunicação, o caos chegou a tal ponto que só teremos paz a partir do momento que: houver a redução da idade penal, a construção de mais presídios, o maior controle das favelas e mais policiamento nas ruas. Porque a mídia não coloca a desigualdade social como um dos fatores da violência?

Porque a grande mídia não apresenta o investimento na educação como uma solução para a violência? Qual é a paz que a elite está tentando vender? Apresentar a repressão e o controle direto da população se torna muito mais simples e barato para o Estado.

O que se tem na verdade é a repressão gerando ainda mais violência, mas essa relação não é totalmente esclarecida para a população. Não temos dúvida que o caso João Hélio, onde uma criança foi arrastada por quilômetros, chocou por tamanha crueldade, mas embora a mídia tenha dado uma ampla cobertura sobre o ocorrido, durante os jogos pan-americanos, a mídia só comentava a respeito dos jogos e das medalhas de ouro, deixando de lado a ocupação dos policiais no morro do Alemão e a morte de 19 civis durante a ocupação. Por que não houve ampla cobertura do caso ?

Temos que ter em mente que um maior policiamento não vai diminuir a violência. É necessário analisar a situação mais profundamente e encontrar soluções visando raiz do problema. A repressão deve ser substituída por educação, saneamento básico, saúde e outras necessidades da população, senão a situação vai continuar sendo escondida debaixo do tapete

à base de muito tapa e cassetete.

Violência: esse mal tem cura?

Alexandre R. Valcarenghi

Na sociedade contemporânea em que vivemos a violência com todas as suas formas e características é talvez o grande “câncer” que nos assola, e esse mal se torna cada vez mais complexo de se controlar à medida que se aumenta a impunidade e aos grandes problemas sociais que estamos passando como: desemprego, precarização de setores básicos como educação, saúde, segurança, habitação e ao aumento da banalização da violência pelos meios de comunicação, impondo à sociedade a violência como uma coisa normal do cotidiano brasileiro.

E a mais explícita forma de violência, tanto nos meios de comunicação, quanto na sociedade em si é a violência física, que se entende pelo uso excessivo de força, a agressão em si, que pode vir a causar danos físicos à outra pessoa ou pessoas, ser vivo ou objeto, agredindo sua integridade física ou psicológica.

Como no caso do maníaco da Cantareira, que usava de sua força física, para violentar as crianças e adolescentes daquela região, e além da agressão física em si, os violentava também sexualmente que se caracteriza pelo uso da força para ter benefícios sexuais, como assédio sexual, situações de abuso e a penetração em si, contra vontade do outro. Também se caracteriza como violência sexual: exploração sexual, prostituição infantil, pedofilia. Geralmente a violência sexual, além das marcas físicas que deixa, abala também o aspecto emocional e psicológico devido ao tratamento desumano do ato, o que se caracteriza como uma violência psicológica também.

Uma outra forma de violência pouco divulgada que muitas vezes fica no silêncio: a violência doméstica ou familiar que se caracteriza como uma violência física psicológica e sexual, praticada dentro de casa, geralmente entre parentes. Inclui diversas práticas, como a violência e o abuso sexual contra as crianças, violência contra a mulher, maus-tratos contra idosos e deficientes, e a violência sexual contra o parceiro, tendo entre as maiores vítimas crianças, idosos e principalmente a mulher. A negligência e o abandono de bebês, idosos e alguns deficientes também se caracteriza como uma violência doméstica, como no caso da criança encontrada ao lado do cemitério no município de Nova Aurora-PR no dia 26/12/05, abandonada pela mãe logo após o nascimento, apenas enrolada em uma camisa, toda picada de insetos, e com insolação e desnutrida.

De forma geral o ato de violência, principalmente física marcam todos os espaços da

sociedade contemporânea, seja público ou privado. E, deste ponto de vista podemos considerar que a violência é um traço do comportamento social nos dias hoje. As formas encontradas pelo Estado e legitimadas pelo conjunto da sociedade para enfrentar este comportamento tem agido de forma contrária à esperada. Para todos esses tipos de violência tem sido apresentado apenas um remédio a punição. Muito pouco se tem discutido sobre as razões estruturais e históricas deste comportamento violento. Sem uma reflexão corajosa sobre o nosso modo de viver dificilmente encontraremos o antídoto para solucionar os dilemas impostos pelas práticas violentas que caracterizam a sociedade atual.

Violência Moral

Mauro Cezar Vaz de Camargo Jr

Quando ouvimos e vemos reportagens como o escândalo do mensalão, máfia das ambulâncias, e mais recentemente o caso Renan Calheiros dificilmente associamos estas notícias à violência. Porém os problemas políticos estão diretamente ligados à violência, pois todas as medidas para conter ou acabar com a violência passa pelos variados setores governamentais.

Ainda se pensarmos sobre uma ótica diferente, concluir que essas práticas em nada se diferenciam do roubo praticada em outros lugares.

A única diferença é que nos casos de desvio de verba, mau uso do dinheiro público a impunidade é bem maior do que nos crimes de mesmo gênero no meio privado.

Os crimes contra o patrimônio publico atingem a todos nós e podem ser considerados fatores que aumentam o índice de violência uma vez que o dinheiro que vai para o bolso destes políticos corruptos, é o dinheiro que iria para melhorar as condições sociais de quem realmente precisa, dinheiro este que poderia ser usado na construção de colégios por exemplo.

Há ainda uma outra maneira com a qual somos atacados por esses roubos dos cofres públicos, somos violentados no dia-a-dia ao abrir os jornais, assistir televisão, em conversas onde o assunto é escândalos na administração pública. É uma forma de violência, de tipo moral ao vermos que essas pessoas roubam o “nosso” dinheiro tiram os nossos direitos, tiram a possibilidade de que a nossa comunidade possa receber melhor infra-estrutura e não recebem punição.

As CPIs já viraram sinônimo de “pizza” pois são investigações com vários acusados e poucos ou nenhum culpado. Enquanto isso nos cidadãos comuns se roubamos algo de alguém com certeza seremos punidos.

Essa diferenciação violenta nosso crenças na Justiça, nos fazendo o questionamento de porque os ladrões de colarinho vão raramente parar atrás das grades e as pessoas responsáveis por crimes menores são punidos duramente e em curto espaço de tempo sem humilhações diferentes de Malufs, Nicolais, Georginas.

E mais agressivo é termos que ver estas pessoas novamente no cenário público com cargos de grande importância para o país, isto é uma violência contra nós que pagamos diretamente e que seguimos as leis da sociedade.

40 ANOS DA MORTE DE CHE GUEVARA

Mural Produzido em:
11/2007

Coordenação:
Gilberto Calil

Acadêmicos:
Sandra
Popiolek
Martha de A. Piloto
Alexandre R. Valcareghi
Mauro C. Vaz de Camargo Jr
Mauricio Trindade
Suzane C. Pantolfi Tostes

Ernesto Che Guevara, 40 anos depois

Gilberto Calil

“O socialismo econômico sem a moral comunista não me interessa. Lutamos contra a miséria, mas ao mesmo tempo contra a **alienação**. (...). Se o comunismo negligencia os fatos de consciência, pode ser um método de repartição, mas já não é uma **moral revolucionária**”. (Che Guevara)

Os 40 anos do assassinato de Ernesto Che Guevara propiciam a discussão sobre sua importância e sua atualidade. Para os que crêem que a história “acabou” e o capitalismo persistirá pelo resto dos tempos, o legado de Che é jogado na lata de lixo da História. Por outro lado, para os que não se satisfazem com o individualismo e o consumismo e se insurgem contra a exploração e a miséria, a trajetória de Che é uma referência indispensável. É isto que explica que Che continue sendo um símbolo de rebeldia para milhões de jovens, a despeito das campanhas de difamação promovidas pela grande imprensa.

Por que Che expressa tão vigorosamente a rebeldia e a luta por uma nova sociedade? De início, pela impressionante coerência entre a teoria e a prática durante toda sua vida. Como intelectual marxista, dedicou-se a compreender a realidade concreta latino-americana e assim recusou receitas prontas e compreendeu a necessidade de um caminho próprio ao socialismo, evitando os equívocos dos regimes do Leste Europeu. Igualmente compreendeu o peso central do imperialismo dos Estados Unidos na opressão dos povos latinoamericanos e a necessidade de colocar a luta antiimperialista em primeiro plano. A revolução latinoamericana, para Che, era necessariamente socialista e libertária e apresentava-se como necessidade urgente. Che compreendeu que as burguesias latinoamericanas eram – e seguem sendo – totalmente incapazes de se opor ao imperialismo ou encaminhar qualquer avanço social efetivo.

Para Che, a Revolução Cubana demonstrou que, ao contrário do que se propagava, as forças populares podem vencer uma guerra contra o Exército opressor, articulando uma situação de crise da dominação política e ascenso da luta popular. Para isto, a formação do foco guerrilheiro cumpriu um papel decisivo. A guerrilha deveria estar articulada às lutas sociais do povo cubano e portanto ser reconhecida por este como expressão desta luta.

Che Guevara foi, ainda, um duro crítico da burocratização do socialismo na União Soviética, expressas em suas divergências políticas, econômicas e relacionadas à concepção de socialismo, chegando a antever, ainda em 1964, que “*sem uma mudança radical de estratégia de construção do socialismo na URSS, se vai ao fracasso e à derrota*”.

O elemento mais expressivo da rebeldia de Che provavelmente seja a proposição de construção de um “Homem Novo”. Che retomava a concepção libertária de Marx e de Lênin, lembrando que para Marx, *“Liberdade não é o jogo livre dos indivíduos que se defrontam no mercado, mas o controle racional da natureza e da vida social pelos homens”*, e para Lênin o objetivo do comunismo seria criar *“uma nova geração de homens livres que respeitam as regras da vida social sem necessidade de violência, submissão ou coação”*. Algo certamente muito distante do que ocorria no burocratizado Estado Soviético. Para Che, a criação do homem novo implicava na negação do individualismo e da alienação. Para que se atingisse esta consciência, os trabalhadores teriam que passar a ter participação consciente nos mecanismos de direção e produção, rompendo-se com qualquer controle autoritário ou burocrático. Ao mesmo tempo, defendia a “Pedagogia do Exemplo”, segundo a qual os dirigentes do processo revolucionário deveriam mostrar o maior desprendimento e espírito de sacrifício, sem receber qualquer vantagem material em relação ao conjunto dos trabalhadores, mantendo-se, portanto, nas mesmas condições e compartilhando seus avanços e dificuldades. Por fim, Che expressava um respeito profundo e autêntico pela vida humana, mesmo nas condições mais adversas da guerra revolucionária, preconizando a necessidade de uma rigorosa ética na luta armada e reivindicando *“uma clemência o mais absoluta possível com os soldados que vão a combater cumprindo, ou acreditando cumprir, um dever militar”*. Assim, manteve-se coerente e combativo, seja na luta revolucionária, seja integrando o governo socialista cubano, seja retornando à luta revolucionária até seu bárbaro assassinato em 1967, na Bolívia.

Che e a construção do homem novo

Alexandre R. Valcarenghi

“Deixe-me dizer, com o risco de parecer ridículo, que o verdadeiro revolucionário é movido por grandes sentimentos de amor” (Che).

O argentino Ernesto Guevara, líder revolucionário da América Latina, tinha em seus discursos e ações a esperança de mudar o mundo, transformar a América Latina que era o principal palco de suas batalhas em nome de uma sociedade mais justa, pautada no socialismo, projetado nas obras de Marx e Lênin, mas com um método mais “agressivo”, a Guerrilha.

Como tantos outros revolucionários, além de tentar modificar as estruturas da sociedade, das instituições e do regime, queria modificar profundamente o homem, costumes, valores, atos e suas relações sociais, formar um homem novo para concretizar a sociedade comunista.

O homem comunista deveria ser rico interiormente, consciente de seu papel na sociedade, uma vez que o “homem novo” precisaria se desvincular de todo o universo capitalista, e perder a característica de homem mercadoria, alienado e individualista e ganhar o fulgor da revolução, ser parte integrante da sociedade, um ser pensante com valores que os possibilitava em ser um cidadão do futuro.

Para muitos as idéias Guevaristas eram um tanto utópicas, mas na verdade eram bases para uma sociedade capaz de superar as formas de organização impostas pelo capitalismo. Com um caráter de desapego materialista, onde o indivíduo seja capaz de se sacrificar em prol das idéias socialistas, conhecer a revolução tanto na prática como na teoria.

Uma vez que o homem se tornasse um “homem novo” integrante e atuante da sociedade, poderia desenvolver por completo suas capacidades e assim tentar através de uma consciência mais igualitária modificar as situações que lhe oprimiam, ou seja, ingressar no seio da revolução contra o capitalismo imperialista, autoritário e desumano. O novo homem se purificaria através do trabalho voluntário, consciente e ideológico se desvinculando de vez do trabalho alienado e explorador capitalista.

Na sociedade comunista não haveria distinção entre dirigentes e povo tanto no âmbito de divisão material como no trabalho, o próprio Che trabalharia e viveria como qualquer indivíduo dentro da nova sociedade.

Ao se pensar as idéias de Che sobre um “novo homem” surge uma perspectiva de uma

possível solução para o melhoramento do ser humano, assim o purificando através da solidariedade e do trabalho, o que lhe tornaria sensível o suficiente para se comover com as problemáticas do mundo e ativo o suficiente para tomar uma atitude de luta e reivindicação.

Che Guevara e a Guerrilha

Mauro Cezar Vaz de Camargo Jr

Normalmente quando pensamos em guerrilha pensada por Ernesto Guevara normalmente associamos a um impulso juvenil carregado de idealismos repentinos, mas ao contrário para se utilizar do método de guerra de guerrilha ele estudou e treinou muito tempo avaliando todos os prós e contras desta.

A guerrilha pensada por Che se baseia na idéia de que uma revolução socialista só se faz pela guerra revolucionária, e é interessante o quanto bem projetada é a aparelhagem da guerrilha, pois se analisarmos, a intenção desta é desmontar o aparelho burocrático estabelecido, porém este estado tem com aparelho de proteção o exército institucional.

E para vencer o Exército institucional necessita-se de outro exército que seria o Exército popular que se constitui na guerrilha, que nada mais é do que uma organização popular insatisfeita e bem articulada para derrubar as velhas engrenagens inoperantes.

A guerrilha como método vai ser adaptada por Guevara da experiência da guerra civil espanhola que tem como alguns de seus métodos começar pela revolução nos campos onde a situação econômica e social é muito precária.

Os camponeses vivem em situação de exploração econômica e comumente são colocados à margem da sociedade, o que torna o camponês um provável guerrilheiro, e em âmbito estratégico a posição de começar no campo possibilita uma maior segurança para a fortificação da guerrilha para que esta mais tarde se desenrole caminhando para os centros urbanos, porém a guerrilha só existe com o apoio popular, logo é uma manifestação das massas.

Não existe guerra sem morte e sem violência, por isso a guerrilha deve ser bem planejada e deve servir como um recurso para além dos recursos legais. Ernesto Guevara em um de seus escritos fala que “a semente da guerrilha não pode frutificar onde nem todas as possibilidades da luta legal foram esgotadas”,

Se as outras tentativas não surtiram efeitos, a guerrilha surge como poder alternativo, se opondo ao poder estabelecido, sendo reconhecido pelo apoio popular o qual vai definir sua força e o poder de mudança. Esse apoio popular vai depender também das condições sociais, políticas e ideológicas

Para Che Guevara a revolução na América seria socialista e se daria através das armas, e não pelo método democrático-burguês no qual as relações entre alianças partidárias e conspirações militares tornam as mudanças difíceis, e as revoluções impossíveis, o que torna

as idéias de mudança surgidas nas camadas descontentes descartáveis e esquecidas.

Essa relação de alianças entre representantes faz com que a população se torne refém de decisões de um pequeno grupo que após eleito se legitima no poder e toma suas decisões de forma fechada deixando a mercê destes acordos internos entre grupos.

Esse sistema burocrático é legalizado e para Che só passível de modificação através da luta armada e da formação de exércitos populares representantes dos ideais das massas.

O Primeiro Território Livre das Américas

Carlos Mauricio Trindade

Formado em medicina e especialista em alergias, Ernesto Guevara participou de uma tentativa de revolução na Guatemala em 1953, mesmo ano em que Fidel Castro é preso por uma tentativa fracassada de tomar o Quartel Moncada em Cuba. Os objetivos de Castro no golpe eram a erradicação da ditadura de Fulgêncio Batista e também a transformação da situação econômica-social da qual Cuba enfrentava, onde a miséria, o desemprego e o sub-emprego eram muito comuns nesse período.

Guevara, com sua companheira Hilda vão para o México depois dos norte-americanos derrubarem o governo provisório da Guatemala, que tentou, por sua vez desapropriar as terras das multinacionais para a reforma agrária.

Fidel exilado em território mexicano tentava formar uma guerrilha pra derrubar a ditadura de Fulgêncio Batista, e usou o México como base de treinamento da guerrilha. E é no México que Ernesto, agora com o apelido de Che, conheceu Raul Castro e ingressou na guerrilha de Fidel. Do México saem 82 homens e somente 12 sobrevivem e chegam a Sierra Maestra, base operacional da guerrilha.

A guerrilha toma adesão popular, desta forma povo e a guerrilha formam uma só força revolucionária. Assim Fidel e os comandantes de colunas guerrilheiras Raul, Che e Camilo Cienfuegos, realizam vários ataques contra o Exército e conquistam grande território na província de Las Villas. Seguidamente Che toma Santa Clara, capital provinciana e Camilo toma de assalto o quartel da cidade de Yaguajay. E em 1º de janeiro de 1959, Fulgêncio Batista foge pra os EUA e Fidel entra em Havana, apoiado por uma greve geral que se espalhou por todo o país. O apoio massivo dos camponeses e operários foi certamente decisivo para o triunfo da revolução.

Che se destaca como comandante, apesar de ser asmático, prova seu valor como guerrilheiro tendo sido ferido várias vezes durante o processo revolucionário. Na consolidação da revolução assumiu vários cargos administrativos em Cuba (incluindo vários ministérios), assim participando intensamente no processo de construção do socialismo em Cuba.

Defendendo principalmente a idéia de mutirões populares para aumentar a produtividade e também para a construção de casas, escolas, hospitais etc. Che tem como objetivo resolver os problemas sociais da ilha que é considerada “o primeiro território livre das América”. Logo as relações entre Cuba e URSS são consolidadas, acordos econômicos e

armamentistas são firmados. Outro fato de extrema importância é que o governo revolucionário fechou as empresas norte-americanas, e em 1961 os EUA impõem um embargo econômico a Cuba.

A Revolução só se consolidou depois da invasão da Baía dos Porcos, onde em 72 horas as “Milícias Nacionais Revolucionárias” repelem um ataque que foi planejado por meses pela CIA, outro golpe imperialista norte-americano para derrubar o governo revolucionário.

Ao assumir o governo, Fidel trata de punir os “apoiadores” de Batista em imediato, assim como as direções “pelegas” dos Sindicatos e dos partidos que haviam servido às políticas capitalistas. A reforma agrária é iniciada em 1959, radical e socialista, até o pai de Fidel, latifundiário (até a época), é desapropriado. O analfabetismo é quase extinto na pós-revolução, hoje existe um mestre para cada 42 habitantes e a taxa de alfabetização é de 99,9% da população, dessa maneira A REVOLUÇÃO AINDA VIVE!

Che Guevara como mercadoria

Sandra Popiolek

“Os grandes revolucionários foram sempre perseguidos durante a vida; a sua doutrina foi sempre alvo do ódio mais feroz, das mais furiosas campanhas de mentiras e difamação por parte das classes dominantes. Mas, depois da sua morte, tenta-se convertê-los em ídolos inofensivos, canonizá-los por assim dizer, cercar o seu nome de uma auréola de glória, para ‘consolo’ das classes oprimidas e para o seu ludíbrio, enquanto se castra a substância do seu ensinamento revolucionário, embotando-lhe o gume, aviltando-o”. (Lênin - O Estado e a Revolução).

Um homem morreu na Bolívia há 40 anos atrás, cortaram suas mãos e o enterraram em um terreno próximo a uma estrada para não ser identificado e nem encontrado. Seus restos mortais só foram encontrados em 1997. Nesse tempo, seu diário de campanha e os relatos de camponeses foram as únicas coisas que se conhecia até então sobre as circunstâncias de sua morte.

Mas por que ele se tornou o símbolo de coragem, defendendo a realização de seus ideais? Para alguns, Ernesto Guevara de la Serna, o Che como foi e é chamado, natural da Argentina, era um latino americano que ficou conhecido mundialmente pelos sonhos de liberdade e igualdade na América Latina, sendo também antiimperialista e internacionalista.

Che passou a ter um espírito revolucionário a partir de suas viagens pela América Latina, onde teve uma visão da miséria, das lutas e sofrimentos que presenciou por onde passou e refletiu que a única maneira de acabar com todas essas desigualdades era tentando promover mudanças na política administrativa mundial.

Para alguns, a imagem de Che aparece associada a uma concepção de rebeldia, revolução, “herói romântico”, guerrilheiro e entrega pela defesa de uma causa. Como podemos considerar que temos “heróis” no futebol como Garrincha, por exemplo, podemos nos espelhar na figura de Che para fazer dele um “herói” de uma possível Revolução.

Por outro lado, a figura de Che, apesar de sua trajetória política e ideológica, virou uma marca capitalista: a reprodução da imagem de Che Guevara em camisetas, chaveiros, pôsteres, e agora até biquíni, geralmente utilizam uma famosa foto tirada por Alberto Korda e assim passa a ser comercializada por corporações e empresas no intuito de comércio e não tornar público seus sonhos de liberdade e igualdade que se fez na Guatemala, México, Cuba, Congo... até seu fim na Bolívia.

A mercantilização de Che Guevara sustenta os aspectos já citados do mundo capitalista

em que vivemos, com objetivo de obscurecer o conteúdo político de Che, sua imagem revolucionária, que para o capital, não passa de uma mistificação que contribui para seu fortalecimento.

A memória de Ernesto Che Guevara não deve ser resgatada em mera estampa de camiseta e ainda na forma de mercadoria. Precisamos mais: precisamos resgatar os objetivos desse homem que lutou até seu fim pela liberdade e pela mudança social no mundo!

A farsa da Veja contra o “mito” de Che

Martha Piloto

Suzane Tostes

Desde a queda do muro de Berlim, em 1989, a revista Veja tenta vender a imagem de um mundo hegemônico. A revista colocava como se o único conflito real que existia era o da guerra fria, comunismo Vs. Capitalismo. A partir disso, a Veja coloca que com o muro de Berlim caiu todo o pensamento socialista e que esse já não tem espaço em nenhum meio, nem político e nem mesmo histórico.

A partir desse pensamento, a revista volta seu discurso para o neoliberalismo, como única política possível de ser construída. Para revista, é a política que mostrou sua superioridade e para isso, a revista Veja precisa legitimar esse discurso e desconstruir o discurso da esquerda. A capa do dia 3 de outubro de 2007 é um exemplo explícito de seu discurso.

A reportagem de capa, começa com o título “Che, há quarenta anos morria o homem e nascia a farsa”. Quando a Veja apresenta a matéria, já podemos perceber claramente as idéias que vai defender. Interessante perceber que embora seu discurso seja a de que Che Guevara tenha sido um fracasso, aos 40 anos de sua morte, Veja coloca Che como capa da revista. Porque se preocupar tanto com o que ela julga ser tão insignificante?

O medo da revista é outro, o do fortalecimento da esquerda ou de qualquer outra política que vá contra a política neoliberal. Ao citar que “Che tem lugar assegurado na mesma lata de lixo onde a história já arremessou há tempos Lênin, Stalin, Trotsky. Mao e Fidel Castro”, é uma forma da revista impor sua posição política, mas como se fosse um sentimento geral, uma maneira de firmar o pensamento único. Não é ela, a Veja, que está colocando eles no lixo, mas sim a História. Veja passa a ignorar todas as discussões teóricas em relação ao Marxismo, como se esse não tivesse mais nenhum papel, já estivesse esquecido, mostrando que socialismo é algo utópico, justamente quando a Revolução Russa faz 90 anos.

Veja ignora todo o contexto histórico em que Che estava inserido, colocando-o como um assassino frio, fazendo citações desconexas, optando por não apresentar ao leitor esse contexto, o de uma guerra, onde seus inimigos (a qual a revista sai em defesa) agem da mesma maneira, mas com eles o discurso é outro. Os assassinos de Che, para a Veja, estavam ajudando a Bolívia contra uma guerrilha com uma ideologia utópica, mas cruel e assustadora. Optando, mais uma vez, em esconder do leitor as ditaduras militares que estavam se fortalecendo cada vez mais na América latina, com muita tortura e morte. Porque os

torturados são ditos como heróis e os que lutavam contra as ditaduras são apresentados como farsantes?

No próximo ano a revista *Veja* completa seus 40 anos. A impressão é a de que há 39 anos, o jornalismo perdia um pouco de sua credibilidade, pois nascia a farsa do jornalismo. Esses 40 anos de farsa serão notícia de capa em 2008?

BIBLIOGRAFIA

ARBEX JR, José. **Showrnalismo: a noticia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001

BARSOITI, P. Pericás, L.B. América. **História, idéias e revolução**. São Paulo: Xamã, 1998.

BICUDO, Helio Pereira. **Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem**. São Paulo: Moderna, 1994.

CARCANHOLO, M. D. & NAKATAMI, P. Revista do instituto de estudos socialista, n.15. 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 11 ed. rev., São Paulo: Cortez, 2006

CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global** - 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

LESSA, S. **Revista Outubro** do instituto de estudos socialistas n. 16.2007

MARZOCHI, Ilana Feldman. **“Antes e Depois”:** **Relity shows de Intervenção, reformatação do corpo e produção do esquecimento**. IN: <http://resposcom.portcom.intercom.org.br>

MÉSZAROS, Istvan. **O Século XXI: Socialismo ou Barbárie?**. São Paulo: Boitempo, 2003

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.